

7° Brasília Summit debate Inteligência Artificial e perspectivas para a economia do país

MAGNAVITA - PÁGINA 3

Lula a Donald Trump: 'Não se meta na eleição'

Na França, presidentes do Brasil e dos EUA se encontram e trocam farpas. "Relação politicamente difícil", comentou o norte-americano

PÁGINA 5

Eduardo Bolsonaro: 'Minha condenação pode restabelecer Magnitsky a Moraes'

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro afirmou que a condenação imposta pelo STF pode fortalecer uma eventual retomada das sanções dos Estados Unidos contra o ministro Alexandre de Moraes. O ex-parlamentar afirmou que a suspensão da Lei Magnitsky foi uma decisão política da Casa Branca e que nada impediria Trump de restabelecer as punições.



Agência STF/Agência Câmara

CAPPELLI - PÁGINA 2

Atos de Moraes (e) podem ser denunciados por Eduardo Bolsonaro (d) nos EUA

Ex-secretário de Ibaneis é alvo de operação

O ex-secretário de Economia do DF Ney Ferraz voltou ao centro de uma investigação criminal ao ser alvo de operação da Polícia Civil para apurar supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa.

BRASILIANAS - PÁGINA 15

Lula trouxe material de campanha do G7

O presidente brasileiro não foi esnobado por Trump, como a oposição torcia. E acenou para a direita brasileira ao dizer, na reunião dos sete países capitalistas mais poderosos do mundo, que nunca foi esquerdista

TALES FARIA - PÁGINA 4

Master: novos dados ampliam a crise

PÁGINA 6

DRUMMOND

O Rio de Janeiro tem banco de reserva

PÁGINA 8

VICTOR CORRÊA

Brasil aprendeu a falar mais sobre saúde mental

PÁGINA 8

A sombra de Arruda

Matheus Borges/Agência Brasília



Pesquisa aponta empate entre Celina e Arruda

Primeira pesquisa pública divulgada este ano no DF aponta empate técnico entre Celina Leão e José Roberto Arruda, aumentando foco de preocupação

CORREIO POLÍTICO (RUDOLFO LAGO) PÁGINA 5

Lei Richtofen avança na Câmara

CCJ aprova projeto, apelidado de Lei Suzane Von Richtofen, que restringe a possibilidade de herança para quem cometeu homicídio dentro da família. O projeto agora vai para análise no plenário

PÁGINA 12

Vacina pneumo20 disponível no DF

PÁGINA 13



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

“Minha condenação pode restabelecer Magnitsky a Moraes”, diz Eduardo Bolsonaro

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro afirmou que a condenação imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF) pode fortalecer uma eventual retomada das sanções dos Estados Unidos contra o ministro Alexandre de Moraes. Em entrevista à coluna, ele disse que a decisão depende “exclusivamente do presidente Donald Trump” e que pretende intensificar sua atuação junto a autoridades norte-americanas.

Ao ser questionado se pretende atuar para que os Estados Unidos voltem a sancionar o magistrado brasileiro, o ex-parlamentar afirmou que a suspensão da Lei Magnitsky foi uma decisão política da Casa Branca e que nada impediria Trump de restabelecer as punições.

“Vale lembrar, a suspensão da Lei Magnitsky foi uma decisão política do presidente Trump. Todos os relatórios, todos os argumentos estão devidamente registrados, arquivados nas instituições norte-americanas. Se o Trump amanhã quiser retornar com a Lei Magnitsky, é só



Eduardo Bolsonaro diz que denunciará atos do STF nos EUA

ele voltar”, apontou. “Essa minha condenação pode dar combustível para o retorno da Lei Magnitsky contra o Moraes e, quem sabe, até contra outros autores”.

Em seguida, Eduardo disse que pre-



tende usar a própria condenação para reforçar sua atuação junto a autoridades americanas. Ele ressaltou que fará questão de apresentar o caso durante seus encontros nos Estados Unidos.

“Eu faço questão de comunicar a todas as autoridades americanas onde a gente tem acesso, que nos escutem, sobre essa notícia da imprensa de condenação por uma suposta coação de Eduardo Bolsonaro”.

O parlamentar também argumentou que a tese adotada pelo STF, na visão dele, pode gerar desconforto entre autoridades dos Estados Unidos, por envolver a atuação de integrantes do governo americano.

“Porque nessa acusação eles interpretam que os Estados Unidos são uma organização criminosa que atuou junto comigo para pressionar de maneira ilegal o governo brasileiro. Se o meu relacionamento com as autoridades americanas foi ilegal, então ocorreu um crime em conjunto. Se essa é a narrativa que o STF está montando, certamente ela não vai agradar os americanos”.

Ainda durante a entrevista, o ex-parlamentar afirmou que uma eventual eleição do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) para a Presidência da República seria, em sua avaliação, “a única saída” para a crise política no país.

Eduardo diz que manterá candidatura e afirma desconhecer condenação do STF

Eduardo Bolsonaro afirmou à coluna que manterá sua candidatura à primeira suplência ao Senado por São Paulo, apesar da condenação imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o registro da chapa encabeçada pelo presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, André do Prado, será feito como programado.

Ao confirmar a candidatura, Eduardo disse que sequer reconhece a validade da condenação, sob o argumento de que nunca foi citado formalmente no processo.

“Eu pergunto qual condenação, porque, se eu não fui citado, então, pela Constituição

brasileira, pelo ordenamento jurídico brasileiro, esse processo não se iniciou. Ou, se ele foi iniciado, não foi iniciado seguindo o rito do devido processo legal. Então, eu desconheço qualquer condenação”, afirmou.

Na sequência, o ex-parlamentar confirmou que a candidatura será registrada em meados de julho. “Nessa medida, a minha candidatura à primeira suplência na chapa, em que o pré-candidato ao Senado por São Paulo é André do Prado, segue de pé. E a gente vai, no momento adequado, que, se não me engano, é em meados de julho, fazer o registro da nossa candidatura”.

Eduardo questionou ainda a validade do processo. “Um processo sem citação é completamente nulo. Em qualquer país democrático, onde há um Estado Democrático de Direito, esse tipo de coisa não ocorre. Não existem condenações em processos que não foram iniciados com uma citação”.

O ex-deputado também criticou o ministro Alexandre de Moraes e afirmou que o magistrado não poderia julgar a ação por, segundo sua interpretação, atuar ao mesmo tempo como vítima e julgador.

“Se houve uma coação, quem é o destinatário dessa coação? O próprio Moraes fala

que é ele. Então, se ele é o destinatário do suposto crime, ele é a vítima. Não pode a vítima julgar o acusado. Isso é básico”.

Ao comparar o caso com decisões de tribunais estrangeiros, Eduardo citou uma suposta rejeição de pedidos de extradição de aliados bolsonaristas.

“Por isso que a Itália negou a extradição da Zambelli, a Espanha negou a extradição do Oswaldo Eustáquio, os Estados Unidos negaram a extradição do Allan dos Santos e, hoje, ninguém na Argentina que o Moraes pediu foi extraditado para o Brasil. Então, o Brasil está vivendo uma várzea jurídica”.

Eduardo pede salvo-conduto ao STF após condenação por coação

O ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) um habeas corpus preventivo para evitar eventual prisão, apreensão de passaporte ou outras medidas cautelares contra ele. O pedido foi apresentado um dia após a Primeira Turma da Corte condená-lo por coação no curso do processo relacionado à trama golpista, sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes.

A petição obtida pela coluna foi protocolada pela defesa do ex-parlamentar nesta quarta-feira (17/6). No documento, os advogados sustentam que a atuação de Eduardo junto a parlamentares e autoridades dos Estados Unidos ocorreu integralmente em solo americano e, por isso, não estaria sujeita à jurisdição brasileira.

Na terça-feira (16/6), a Primeira

Turma formou maioria para condenar o ex-deputado sob o entendimento de que ele buscou constranger autoridades brasileiras ao articular, no exterior, medidas de pressão contra integrantes do Judiciário e do governo federal. Entre as iniciativas atribuídas a Eduardo estão articulações em defesa da aplicação de sanções e restrições de vistos a autoridades nacionais.

No habeas corpus, os advogados afirmam que todas as reuniões, debates e articulações políticas atribuídas ao ex-parlamentar ocorreram exclusivamente nos Estados Unidos. A defesa também sustenta que as manifestações feitas por Eduardo nas redes sociais foram produzidas por dispositivos, redes de internet e plataformas sediadas naquele país.

Segundo a peça, a Justiça brasileira não possui competência para investigar ou punir

atos praticados integralmente no exterior. Os advogados argumentam que eventuais sanções ou restrições adotadas pelos Estados Unidos constituem atos de soberania do governo americano e não produzem efeitos jurídicos internos capazes de justificar a aplicação da lei penal brasileira.

“O Estado brasileiro não sofre qualquer alteração em seu ordenamento, território ou jurisdição. Não se pode alçar à categoria de ‘resultado criminoso no Brasil’ o exercício soberano de controle de fronteiras de uma nação estrangeira”, afirma a defesa.

Os advogados também invocam o princípio da dupla tipicidade, requisito exigido para a aplicação da legislação penal brasileira a fatos ocorridos fora do país. De acordo com o documento, reuniões políticas, articulação legislativa e manifestações públi-

cas são atividades protegidas pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos, que garante liberdade de expressão e direito de petição ao governo.

“As condutas imputadas ao Paciente — reuniões políticas, articulação legislativa (lobby) e manifestações em redes sociais — são não apenas condutas lícitas, mas direitos fundamentais amplamente protegidos pela Primeira Emenda da Constituição dos Estados Unidos”, diz a petição.

Ao final, Eduardo Bolsonaro pede a concessão imediata de um salvo-conduto para impedir eventual prisão, retenção de passaporte ou adoção de medidas cautelares relacionadas aos fatos. A defesa também requer o trancamento de eventuais investigações ou ações penais baseadas em sua atuação política nos Estados Unidos.

PINGA-FOGO

■ **LIDE RJ ESCLARECE PRESENÇA DA CEO DA NATURGY NO ALMOÇO DO GOVERNADOR RICARDO COUTO** - A coluna recebeu da assessoria de imprensa do LIDE Rio de Janeiro a seguinte nota que publicamos na íntegra, como é praxe nos pedidos de esclarecimentos solicitados ao nosso jornal. Diz a nota: “O LIDE Rio de Janeiro esclarece que não procede a informação de que a Naturgy patrocinou o almoço realizado pela entidade com a presença do governador em exercício do Estado do Rio de Janeiro.

O LIDE Rio de Janeiro ressalta ainda que a composição da mesa principal observa critérios institucionais previamente definidos pela entidade. A presença da presidente da Naturgy, reconhecida como uma importante liderança feminina no setor produtivo, decorreu de sua condição de integrante do Conselho Empresarial do LIDE RJ, situação que se repete regularmente em seus eventos.

A mesa principal do evento foi composta por 10 lideranças públicas e privadas, refletindo a pluralidade que marca a atuação da entidade em seus 25 anos de história no cenário nacional e reforçando o propósito do LIDE de construir pontes transparentes entre diferentes stakeholders.”

■ A coluna reitera que a Naturgy teve o seu pedido de renovação de concessão negado pelo Governo do Rio, que optou pela realização de uma nova concorrência por trazer mais vantagens à população do estado do Rio de Janeiro, após estudo da Fundação Getúlio Vargas.

■ A foto da presidente da Naturgy, Katia Repsold, ao lado do Governador Interino, desembargador Ricardo Couto, foi extraída das redes sociais do Lide RJ e o logotipo da concessionária foi mantido até a publicação da notícia no Instagram da organização como apoiador institucional do evento. Até 2025 a empresa era patrocinadora anual de todos os eventos do Lide.

■ Como concessionária do estado, caberia à própria empresa e aos seus dirigentes, e não organizadores do evento, observarem as regras de compliance entre concessionária e poder concedente.

■ **CURTO-CIRCUITO NO PARQUE** - O prefeito Eduardo Cavaliere colocou um ponto final na implantação da concessionária de um fabricante de carros chinês na área do Aterro. Ele proibiu. A maldade e a desinformação foram associar a companhia ao antigo empregador do ex-prefeito Eduardo Paes, a BYD. Quem estava querendo ocupar a área era a maior concorrente da empresa líder do mercado de elétricos.

■ **O EFEITO COLATERAL NA CAMPANHA DE FLÁVIO BOLSONARO DE CONFUSÕES NO RIO** - O PT está de olho no contrato de R\$ 52 milhões da Secretaria de Defesa do Consumidor do Rio, que foi cancelado pelo governador Ricardo Couto.

■ **É mais uma das polêmicas estaduais que podem chegar à campanha presidencial. A secretaria continua comandada por dirigentes do grupo do senador Flávio Bolsonaro. É mais um arsenal para ser usado na campanha eleitoral. A ordem interna é guardar munição para ser usada quando as candidaturas ficarem irreversíveis.**

Fotos Evandro Macedo/LIDE



Governadora do Distrito Federal, Celina Leão durante a abertura do 7º Brasília Summit
Reprodução

7º Brasília Summit reúne autoridades na capital federal

Com a presença da governadora do DF, Celina Leão, autoridades, políticos, especialistas e empresários colocaram em pauta as análises e perspectivas para a economia do país em mais uma edição do Brasília Summit, do Lide. O evento, realizado no Hotel Brasília Palace, na manhã desta quarta-feira, 17 de junho, teve como objetivo ampliar o debate sobre o desenvolvimento nacional, com foco na inteligência artificial.



Presidente do Lide Brasília, o empresário Paulo Octavio, no discurso de abertura, enalteceu o trabalho de Celina Leão para salvar o Banco de Brasília da crise provocada pelo Master



O deputado federal Ricardo Barros também esteve presente em mais uma edição do evento do Lide em Brasília



Ao lado do anfitrião e fundador do Lide, João Doria, o deputado federal Aguinaldo Ribeiro fez apelo ao Senado por aprovação de marco de incentivo a data centers



O presidente do BRB, Nelson de Souza, afirmou, durante o Brasília Summit, que o banco projeta alcançar lucro de R\$ 1 bilhão em 2028



O deputado federal Aguinaldo Ribeiro relacionou avanço da tecnologia à necessidade de reformar a máquina pública diante dos desafios fiscais e demográficos do país



Durante sua participação no evento, o senador Rodrigo Pacheco criticou o uso do STF como alvo de discursos políticos em meio ao ambiente pré-eleitoral de 2026

OAB pede a Fux urgência em ação contra limite para pagamento de precatórios

O STF recebeu um grupo de 17 presidentes de comissões de precatórios de seccionais estaduais da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Na ocasião, foi entregue ao ministro Luiz Fux um ofício que faz alertas sobre a “deterioração” em torno dos precatórios no País e pede urgência na análise de ação contra a Emenda Constitucional (EC) 136, que instituiu um limite anual para esses pagamentos. Fux é relator da ação da OAB que questiona a emenda.

Após a entrega do ofício ao Supremo, representantes da OAB também se reuniram no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para expor preocupações sobre as novas regras. Entre os pontos levantados, destacaram decisões judiciais que vêm aplicando os limites previstos na emenda como um “teto intransponível”. Os advogados ainda apresentaram propostas para fixar critérios e prazos e dar mais transparência à gestão dos recursos.



Grupo com 17 presidentes de comissões de precatórios estaduais da OAB, em agenda no STF

Vitor Boari, presidente da Comissão de Precatórios da OAB-SP, ressaltou que as mudanças nas regras de correção dos precatórios acarretaram uma redução superior a 35% nos valores recebidos pelos credores.

Tales Faria

Lula trouxe o que queria do G7

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi ao encontro da cúpula dos sete países capitalistas mais fortes do mundo, o G7, para fazer a sua campanha à reeleição no Brasil. De lá, mandou um recado aos eleitores independentes e aos que estão indecisos entre ele e os candidatos de direita para o Palácio do Planalto: “Eu nunca fui esquerdista.”

Este foi o momento planejado por Lula para ser, de fato, o mais importante de sua viagem: ser bem recebido num encontro com a cúpula dos dirigentes capitalistas do mundo e mostrar aos eleitores brasileiros de que ele é apenas um político experiente na arte da negociação. Que sabe falar duro quando é necessário, mas também sabe dialogar com o adverso.

Ele deu o recado ao Brasil em uma conversa descontraída com o primeiro-ministro da Alemanha, Friedrich Merz, e a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva.

Ao falar da participação de nomes de direita e esquerda em países como Estados Unidos, Reino Unido e França, o brasileiro sublinhou que a esquerda ficou menos tempo no poder nestes países do que a direita, o que, segundo ele, provaria que o mundo não é de esquerda: “O mundo é do caminho do meio. Essa é a verdade.”

Georgieva comentou que, no seu primeiro mandato, todos esperavam que Lula fosse um esquerdista, mas ele não agiu como um socialista. O presidente brasileiro respondeu: “Eu era um dirigente sindical que tinha uma belíssima relação com o sindicalismo alemão, tinha uma relação com o sindicalismo italiano, com a UGT espanhola.”

Há diferenças entre sindicalismo e esquerdismo. O sindicalismo surgiu para minimizar condições precárias enfrentadas pelos trabalhadores. Organiza-os em sindicatos para defender objetivamente seus direitos e negociar melhores condições de trabalho. Os esquerdistas são aqueles que abraçam o socialismo, uma ideologia política e econômica que busca a sociedade onde todos tenham acesso igualitário às oportunidades.

Adversário de Lula pelo PSDB nas eleições presidenciais de 2002 e 2010, o ex-ministro da Saúde e do Planejamento José Serra costumava dizer: “Eu sou mais socialista do que o Lula.” Nem o PT gostava de ouvir isso. Mas agora, nas disputadas eleições deste ano, em que uma parcela da direita pode apoiar o bolsonarismo, vale para Lula lembrar que ele nunca foi socialista.

Enganou-se também quem pensava que o presidente foi ao G7 apenas para tentar a conversa com aquele que traz mais problemas para o Brasil no momento, o presidente dos EUA, Donald Trump. E que este o esnobaria. Trump e Lula se encontram e, segundo o presidente dos EUA, foi longamente. Não se sabe ainda detalhes. Mas não parece ter sido decisiva, nem boa o suficiente para qualquer dos lados. Foi um início de conversa, como Lula, antes da viagem, havia dito que queria que fosse.

Publicamente, os dois tiveram um encontro rápido. Cruzaram-se num corredor, quando Trump deu um tapinha no ombro do brasileiro e disse: “Good job” (bom trabalho em inglês). Um gesto de simpatia, apesar das trocas de farpas, como quando Trump disse que o Brasil “é perigoso”.

Lula volta do G7 com o que queria: material para a sua campanha.

Fernando Molica

Tiros, oração e tragédia

As imagens que mostram o cabo da PM paulista Cauan Alencar Bastos rezando o “Pai-Nosso” para pedir a Deus que evitasse a morte de um homem em quem ele acabara de disparar seis tiros ilustram a tragédia de um país que transformou a violência em rotina. O alvo, o electricista Igor Eduardo Hyppolito Rodrigues, de 45 anos, que tomava remédios para controlar a esquizofrenia, morreu.

Não se pode descartar a possibilidade de o policial ter simulado a própria comoção para, assim, tentar amenizar sua responsabilidade — ele sabia que tudo estava sendo gravado por uma câmera corporal. Pouco antes, ele dissera ao companheiro de ronda que iria matar o homem que, supostamente, havia ameaçado com um facão um motociclista com quem tivera uma briga de trânsito: “Peraí que vou matar ele, eu vou dar tiro”, disse Bastos, em 29 de abril, pouco antes de executar o que planejara.

Mas a eventual falsidade do PM não descaracteriza o drama nosso de cada dia, o processo de banalização da morte tão incentivado por muitos setores da sociedade. O motociclista não havia sido ferido, mas os policiais tinham, claro, a obrigação de tentar prender o sujeito autor da ameaça.

Mas só em uma sociedade ensandecida é possível que um homem armado pelo Estado seja capaz de disparar seis tiros contra um suspeito que sequer portava arma de fogo — o fuzilamento ocorreu antes de qualquer tentativa de prisão.

Ao anunciar para o colega que iria cometer o homicídio, Bastos fez o que muita gente espera dele. Pessoas que veem na polícia um grupo de assassinos, não uma corporação destinada a garantir a segurança de todos nós.

Na PM paulista desde 2019, o cabo só fez o que fez por contar também com a impunidade, quicá com uma promoção. Em 2015, o então tenente da mesma PM, Guilherme Derrite, afirmou ser vergonhoso um policial não ter, em cinco anos, participado de, pelo menos, três mortes. Em 2018, ele seria eleito deputado federal com 119.034 votos; quatro anos depois, foi o preferido por 239.772 eleitores. Virou secretário de Segurança e, com o mote do combate aos bandidos, é candidato ao Senado.

A possibilidade de o PM ter sido sincero em sua prece é indicada por outras cenas do mesmo vídeo divulgado pela PM. Nele, Bastos se dirige ao ferido, pede para que ele não morra (“Por favor, respira, irmão”), avisa da chegada da ambulância.

Em mensagem de áudio para sua companheira, ele afirma que acabara “de disparar em um maluco aqui”, que a vítima estava morrendo e que iria tentar salvar a sua vida. Logo depois, sozinho, reza o “Pai-Nosso”. Depois, na delegacia, apresentaria uma versão que se revelaria mentirosa, alegou que ele e o outro PM haviam sido atacados por Rodrigues.

Para a Justiça, pouco importa o eventual arrendimento do cabo Cauan Alencar Bastos, ele — que matou um homem de forma covarde — que se entenda com Deus. Mas o vídeo que registra seu comportamento depois do crime deveria servir como um ato de contrição para ele e para uma sociedade que aposta na crueldade. Valeria repetir e ampliar o verso final da oração mais popular entre os cristãos: livrai-nos do mal, inclusive daquele praticado e estimulado por tanta gente. Amém.

EDITORIAL

Sempre é só depois da tragédia

No Brasil, há uma frase repetida com frequência que revela muito sobre a forma como lidamos com problemas públicos: foi preciso acontecer uma tragédia. A expressão surge após acidentes, desastres, mortes evitáveis e episódios que, em muitos casos, já haviam sido anunciados por moradores, especialistas ou órgãos de fiscalização. É uma constatação dolorosa e, ao mesmo tempo, um retrato persistente do país.

A recente morte de uma jovem em uma área conhecida pelos riscos reacendeu um debate antigo. Somente após a perda irreparável de uma vida, medidas emergenciais foram adotadas, acessos foram interditados e providências começaram a ser tomadas. O episódio não é isolado. Pelo contrário. Ele se soma a uma longa lista de acontecimentos que expõem uma cultura reativa, em vez de preventiva.

Ao longo das décadas, o Brasil acumulou exemplos de tragédias que poderiam ter sido evitadas. Encostas que deslizam após alertas ignorados, estruturas deterioradas que desabam depois de anos sem manutenção, vias perigosas sem sinalização adequada e áreas de risco que permanecem abertas apesar dos avisos constantes. Em muitos casos, o perigo era conhecido. O que faltou foi ação.

A lógica parece se repetir independentemente do tema ou da região do país. Primeiro surgem os alertas. Depois vêm as denúncias

e os pedidos de providência. Em seguida, o silêncio administrativo. Somente quando ocorre o pior é que a mobilização ganha força, impulsionada pela comoção pública e pela repercussão do caso. É quando aparecem promessas, interdições e anúncios de mudanças que, infelizmente, chegam tarde para quem perdeu a vida.

Essa dinâmica revela um problema estrutural da gestão pública brasileira. Governar não significa apenas responder às crises, mas antecipá-las. Planejamento, manutenção e fiscalização não produzem manchetes grandiosas, mas salvam vidas. E salvar vidas deveria ser o principal objetivo de qualquer política pública.

Há também uma responsabilidade coletiva. A sociedade precisa exigir ações preventivas com a mesma intensidade com que cobra respostas após as tragédias. Não se pode aceitar a normalização do improviso nem a ideia de que acidentes são inevitáveis quando os riscos já eram conhecidos.

Cada tragédia deixa famílias destruídas e comunidades marcadas pela dor. Mas deixa também uma pergunta incômoda: quantas vidas ainda precisarão ser perdidas para que a prevenção deixe de ser exceção e se torne regra? Um país verdadeiramente comprometido com seu futuro não espera o pior acontecer para agir. Ele age justamente para impedir que o pior aconteça.

Opinião do leitor

Brilhante corrida

Fantástico, sensacional, histórico! Lewis Hamilton regressa aos triunfos e vence pela primeira vez na Ferrari no Grande Prêmio de Barcelona de F-1! Foi emocionante! Hamilton já era uma lenda, ficou ainda maior.

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Niomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo - SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas - SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.

CORREIO POLÍTICO

Gilberto Alves (Agência Brasília) e Pedro França (Agência Senado)

POR
RUDOLFO LAGO



Celina empata na margem de erro com Arruda

Celina e a sombra de Arruda

A pesquisa feita pelo Instituto Opinião, por encomenda do Correio Braziliense, clareia um pouco o quadro da corrida eleitoral no Distrito Federal. Desde o início do ano, a disputa no DF vinha um pouco em voo cego. A última pesquisa pública anterior era da Real Time Big Data, em dezembro do ano passado. No meio, houve uma pesquisa do Instituto Veritá, mas ela fora encomendada pelo PL. A pesquisa do Opinião aponta que a briga é entre a governadora Celina Leão (PP), candidata à reeleição, e o ex-governador José Roberto Arruda (PSD). O quadro aponta um empate dentro da margem de erro, de 3,4 pontos percentuais, entre os dois. Celina tem 27,8%, e Arruda, 23,5%.

Doze pontos entre as duas pesquisas

A pesquisa até poderia ser um alento para Celina. Arruda ainda não sabe se está ou não elegível, se disputará de fato as eleições em outubro. E os demais candidatos ficaram bem abaixo. Leandro Grass, do PT, que aparece em terceiro, tem apenas 9,2%. Mas a verdade é que a pesquisa foi recebida com preocupação pelo comando da campanha da governadora. Na Real Time Big Data de dezembro, Celina tinha 40% das intenções de voto.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Ibaneis: candidatura do MDB para atraparhar Celina

Uma diferença de 12 pontos

Ainda que tecnicamente não se deva comparar pesquisas de institutos diferentes, porque a metodologia não é a mesma, entre uma pesquisa e outra há para Celina uma queda de 12 pontos. E, embora não houvesse pesquisas públicas, o PP tinha pesquisas internas. E elas já apontavam Celina de fato num viés de queda. Pesquisas qualitativas feitas pelo PT também mostram que, por mais que tente se desencilhar, o caso Master de alguma forma acaba também resvalando na governadora. O problema, então, é como administrar um segundo turno.

Temor de vitória de Arruda

A pesquisa não simulou cenários de segundo turno. Mas a avaliação feita é que numa eventual disputa entre Celina Leão e José Roberto Arruda, ele acabaria levando vantagem. Porque, entre os dois teria a preferência do eleitorado de esquerda, que ficaria fora. Tirando o senador Izalci Lucas (PL), mais do campo da direita, os demais candidatos somam mais de 18%.

Inelegível

Arruda vive uma situação inusitada. Ninguém sabe a essa altura exatamente ele estará ou não inelegível. Lei aprovada no ano passado alterou os prazos de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa. Pelo novo entendimento, ele poderia disputar a eleição. Mas há uma ação judicial que contesta a mudança.

2 a 0

A ação no Supremo Tribunal Federal (STF) tem como relatora a ministra Cármen Lúcia. E a posição dela é para manter a inelegibilidade original, o que faria com que Arruda ficasse impedido de disputar eleições até 2032. Também votou nesse sentido o ministro Luiz Fux. Mas, então, Gilmar Mendes pediu vista.

Sub júdice

Gilmar Mendes tem até 60 dias para devolver o processo. Até lá, as candidaturas estarão oficialmente homologadas. E nada impedirá, então, a candidatura de Arruda. Ele corre o risco de entrar na disputa sub júdice. E um bom posicionamento na disputa seria mais um favor a pressionar o julgamento a seu favor.

Prudente

Outro fator que preocupa Celina: a pesquisa não testou entre os eventuais candidatos o deputado federal Rafael Prudente (MDB). E, diante da briga da governadora com o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), há uma grande possibilidade de que ele saia candidato. Seria mais um nome a retirar nacos do eleitorado conservador.

“Traidora”

Segundo disse uma fonte ao Correio Político, Ibaneis Rocha teria dito a seguinte frase recentemente: “Prefiro perder com um aliado do que ser eleito ao lado de uma traidora”. Ibaneis poderia colocar Rafael Prudente como candidato a governador nem que fosse somente para atraparhar Celina Leão.

Comissão

Como diria aquele jogador de futebol, recentemente o MDB “fez que foi e acabou não fundo”. Criou uma comissão que divide agora as decisões eleitorais com o presidente do partido, Wellington Luiz. Chegou a sinalizar em nota manter aliança com Celina. Mas, no fundo, isso está longe de ser o que Ibaneis deseja.



Lula e Trump trocaram farpas na reunião do G7, na França

Lula para Trump: “Não se meta na eleição”

No G7, presidentes brasileiro e dos EUA se encontram

Por Gabriela Gallo

Apesar de não ter ocorrido um encontro bilateral entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente dos Estados Unidos (EUA), Donald Trump (Republicano), ambos os chefes de Estado se encontraram e conversaram brevemente durante a Cúpula do G7, grupo das sete maiores economias do mundo, na cidade Évian-les-Bains, na França. Durante entrevista coletiva para a imprensa local nesta quarta-feira (17), último dia da Cúpula, o presidente norte-americano disse que o Brasil tem se tornado um país “difícil, politicamente falando”.

Ele foi questionado se conversou com Lula sobre a decisão do governo dos EUA em aplicar novas tarifas de 25% em importações de produtos brasileiros a partir de 15 de julho e sobre a decisão do governo americano em classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas.

“Sim [falei com Lula]. [O Brasil] Está se tornando um país duro politicamente. Um pouco perigoso politicamente. Está meio desagradável”, disse Donald Trump.

A declaração se refere à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de condenar o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro a quatro anos de prisão por coação

no curso do processo da trama golpista. Contudo, Trump confundiu Eduardo com o senador e pré-candidato à presidência Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele não deu mais detalhes sobre a conversa com Lula.

Questionado pela imprensa sobre a declaração de Trump em outra entrevista coletiva no último dia da Cúpula do G7, Lula respondeu que o presidente norte-americano não pode interferir no processo eleitoral brasileiro. “Ele tem o direito de ter as preferências eleitorais e ideológicas dele. Eu só espero que ele não fira o código de ética entre as nações que querem ser respeitadas na sua soberania. Ele pode continuar gostando do Bolsonaro. Agora, não se meta nas eleições do Brasil porque elas são um problema do Brasil. Assim como as eleições americanas é um problema deles, não meu”, retrucou Lula.

Questionado pela imprensa, o brasileiro ainda disse que classificou a decisão do possível novo tarifaço do governo norte-americano com uma decisão “desaforada”.

“Acho que o que ele fez foi uma coisa desaforada para o Brasil. Ele sabe disso. Por isso eu disse que ele continua agindo como imperador. Nós estávamos fazendo acordo”, ele declarou.

Lula ainda informou que se reuniu com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky e tratou da guerra do país com a Rússia.

Novos fatos da investigação do Master agravam crise política

Valter Campanato/Agência Brasil

Documentos mostram como Vorcaro mantinha amigos com viagens, hotéis de luxo e mesadas

Por Beatriz Matos

As ligações de Daniel Vorcaro com o mundo político estão cada vez mais expostas. O que no início parecia uma investigação restrita à gestão do Banco Master e a supostas irregularidades financeiras de compra e venda do Banco de Brasília (BRB), agora alcança alguns dos principais centros de poder de Brasília.

A cada nova leva de documentos retirada do sigilo, surgem registros de viagens, hospedagens, transferências, mensagens e relações pessoais que ajudam a desenhar um quadro mais amplo da influência construída pelo ex-banqueiro junto a parlamentares e autoridades.

Nos últimos dias, a crise ganhou novos capítulos. O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), admitiu que teve despesas pagas em uma viagem a Lisboa. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), ocupou a tribuna para negar denúncias envolvendo uma suposta transferência milionária atribuída a Vorcaro. No Supremo Tribunal Federal (STF), ministros protagonizaram um embate público sobre a condução das investigações. E, mais uma vez, documentos da Polícia Federal (PF) colocaram o senador Ciro Nogueira (PP-PI) no centro das suspeitas.

O resultado é que o caso Master deixou de ser apenas uma investigação financeira. Tornou-se um problema político que já alcança Congresso, Judiciário e o debate eleitoral de 2026.

“Emenda Master”

Entre os documentos divulgados nesta semana, os que mais chamaram atenção foram os relacionados à relação entre Vorcaro e Ciro Nogueira.

Em representação encaminhada ao STF, a Polícia Federal sustenta que a proximidade entre os dois ultrapassava a esfera pessoal e se transformou em uma relação baseada na troca de interesses. Os investigadores afirmam que havia uma atuação parlamentar alinhada a interesses do empresário acompanhada do recebimento de vantagens indevidas.



André Mendonça liberou acesso a nova leva de documentos

A PF cita, por exemplo, a chamada “Emenda Master”, apresentada por Ciro durante a tramitação da PEC 65. Segundo os investigadores, o texto teria sido produzido dentro da estrutura do banco e entregue praticamente pronto ao senador. Conversas obtidas pela investigação mostram Vorcaro acompanhando a redação da proposta e comemorando sua apresentação ao Senado.

A medida previa ampliar de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC). Em mensagens apreendidas, integrantes do próprio grupo afirmam que a mudança poderia multiplicar os negócios do Master.

Mas os documentos vão além da atuação legislativa. A PF aponta que uma empresa ligada ao senador adquiriu participação societária avaliada em aproximadamente R\$ 13 milhões por apenas R\$ 1 milhão. Para os investigadores, o negócio representa um deságio incompatível com os valores de mercado.

Também aparecem registros de pagamentos periódicos de R\$ 300 mil associados a empresas vinculadas ao grupo de Vorcaro e a uma empresa relacionada a Ciro. Em conversas analisadas pela PF, há questionamentos sobre a continuidade desses repasses e referências diretas à parceria entre as empresas.

Hotéis e viagens

As vantagens, porém, não teriam se limitado a negócios. Documentos anexados aos autos mostram que despesas de hospedagem de Ciro Nogueira e do ex-ministro das Comunicações Fábio Faria foram quitadas por meio de uma



Alcolumbre foi à tribuna para se defender

operação financeira registrada pelo luxuoso hotel Park Hyatt New York, em maio de 2024. Os registros apontam créditos de aproximadamente US\$ 35,9 mil para a estadia do senador e cerca de US\$ 33 mil para Fábio Faria, ambos vinculados a um pagamento global superior a US\$ 156 mil relacionado à hospedagem de Vorcaro.

Os autos também mencionam viagens para Lisboa, Paris, Alpes Franceses e Nova York. Em uma das representações, investigadores afirmam que a relação entre os dois era considerada estratégica para os interesses do grupo.

A Federação PSOL-Rede protocolou uma representação no Conselho de Ética do Senado pedindo a cassação do mandato do parlamentar. No documento, os partidos afirmam que os fatos atribuídos ao senador não configuram apenas um desvio individual de conduta, mas uma possível utilização do mandato para favorecer interesses privados. A representação cita os relatórios

da Polícia Federal que apontam pagamentos periódicos vinculados a empresas relacionadas ao grupo de Daniel Vorcaro e sustenta que as suspeitas são incompatíveis com o exercício do cargo de senador.

Procurado pela reportagem, Ciro Nogueira não retornou aos questionamentos.

Alcolumbre e Motta

Na terça-feira (16), Hugo Motta foi cercado por jornalistas ao chegar à Câmara. Questionado sobre informações de que teria tido hospedagem paga por Vorcaro durante uma viagem a Lisboa em 2024, o deputado não negou a informação, mas evitou dar detalhes.

“Eu tenho muita tranquilidade com relação a isso. Ele pagou efetivamente? Não vejo o problema, era um evento corporativo, um encontro jurídico”, afirmou. Motta também declarou que as investigações devem seguir e disse confiar que sua atuação será considerada regular pelos órgãos responsáveis.

No Senado, o foco da crise foi outro. Na última semana, a revista Veja publicou reportagem afirmando que Vorcaro teria relatado o repasse de US\$ 30 milhões para uma conta mantida no exterior e que o beneficiário seria Davi Alcolumbre. O valor corresponde hoje a cerca de R\$ 153 milhões.

Na terça-feira, Alcolumbre ocupou a tribuna para negar as acusações e afirmar que jamais recebeu qualquer quantia atribuída ao empresário. A mobilização foi interpretada nos bastidores como uma tentativa de evitar que o desgaste político atingisse diretamente a lide-

rança do Senado em meio ao avanço das investigações.

Para Murilo Borsio Bataglia, pró-reitor de Internacionalização e professor de Direito Internacional da Estácio Brasília, esse tipo de reação mostra que o caso já produz efeitos institucionais. “Uma investigação produz efeitos sistêmicos quando deixa de atingir apenas condutas individuais e passa a envolver agentes com capacidade de influenciar decisões estatais relevantes.”

Segundo ele, quando as suspeitas alcançam integrantes dos Poderes da República, entram em jogo a confiança pública e a própria legitimidade das instituições.

“Lava Jato”

Durante julgamento para manutenção da prisão do pai e do primo de Vorcaro, Henrique e Felipe Vorcaro, na Segunda Turma, o ministro do STF Gilmar Mendes fez críticas à condução de parte das investigações e afirmou enxergar semelhanças com práticas que foram questionadas anos depois da Operação Lava Jato.

O ministro demonstrou preocupação com referências feitas em relatórios policiais a estratégias de defesa e comunicações envolvendo advogados. Para ele, mesmo investigados por fatos graves continuam protegidos por garantias constitucionais fundamentais. Ao defender cautela na condução dos procedimentos, Gilmar afirmou que o Supremo também julga para a história.

As declarações provocaram reação imediata do relator do caso, André Mendonça. Sem citar diretamente o colega, Mendonça rejeitou qualquer comparação com a Lava Jato e afirmou que o caso Master possui características que vão muito além dos tradicionais crimes financeiros.

Segundo o ministro, a investigação revela elementos de organização criminosa com capacidade de infiltração institucional, influência política e métodos que se aproximam de estruturas mafiosas.

A divergência entre os dois ministros expôs uma disputa que ultrapassa o mérito das prisões analisadas e alcança a própria forma como a investigação deve ser conduzida.

Para Murilo Borsio, o episódio revela um ambiente de elevada tensão institucional. “Essas manifestações demonstram um ambiente de elevada sensibilidade institucional e disputa de narrativas.” O especialista afirma que, de um lado, existe a preocupação em preservar a estabilidade das instituições e garantir o devido processo legal. De outro, cresce a pressão para que os fatos sejam apurados diante da dimensão que o caso alcançou.

CORREIO BASTIDORES

POR
FERNANDO MOLICA

Riotur / Reprodução



Aterro do Flamengo, onde fica a área do antigo posto

Área no Aterro oferece risco; prefeito cancela concessão

Advogado da empresa que administrava o posto de combustíveis que havia em área da prefeitura no Aterro do Flamengo, no Rio, Francisco Saint Clair Neto diz que as instalações oferecem risco: 40 mil litros de gasolina permanecem por lá desde 2025, quando o posto foi fechado. Ontem à noite, quatro horas depois de o Correio Bastidores questionar a prefeitura sobre a existência do combustível no local, o prefeito Eduardo Cavaliere (PSD) anunciou que os tanques estavam sendo retirados. Ele também afirmou que rescindiu o contrato com a GW Rio Veículos, que vencera licitação para explorar o local, onde começara a construir uma revendedora de carros importados da China.

Prefeitura conhecia o problema

A prefeitura sabia do risco: em 4 de abril e 28 de julho de 2025, publicou notificações para que o combustível fosse retirado. Mas, em 15 de setembro, informou que a área havia sido desocupada e liberada em 28 de julho — mesma data da publicação de uma das notificações. Saint Clair Neto disse que, ao ser obrigada pela prefeitura a deixar o local, a Auto Posto Aterro do Flamengo não teve como retirar a gasolina de seus tanques.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Cavaliere disse que tanques estão sendo retirados

Data retroativa

Na publicação de setembro de 2025, a Superintendência de Patrimônio Imobiliário do município publicou que o prazo de vigência da nova concessão seria contado a partir de uma data retroativa, 28 de julho, a da desocupação. A licitação da área ocorreu em 2023. Vencedora do certame, a GM Rio começou a construir um showroom e uma revenda de carros no local apenas em 2026 — isto, apesar do combustível armazenado por lá. A obra foi embargada pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) na última segunda-feira.

Outra confusão

Ao longo da semana, prefeitura disse que só autorizara a instalação de posto de recarga de veículo elétricos. Há também uma confusão de datas relacionadas à obra: a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) relativa aos trabalhos diz que o contrato de construção foi assinado em fevereiro de 2024, 17 meses antes de a GW ser autorizada a ocupar a área.

Edital amplo

Ontem, Cavaliere disse que haverá apenas a instalação de um eletroposto no local e afirmou que apenas isso fora admitido pela licitação de 2023: o edital, porém, previa “posto de combustível e/ou recarga elétrica e atividades afins”. Depois, passou a incluir “qualquer atividade permitida pela legislação vigente”.

Descontaminação

Saint Clair Neto frisa que a descontaminação de áreas ocupadas por postos de combustíveis pode levar até dez anos. A instalação e a desativação desses estabelecimentos são reguladas por resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente que prevê apresentação de plano de encerramento de atividades.

Sem licença

Ele classifica de ilegais as licitações feitas pela prefeitura para duas áreas antes exploradas pela empresa que representa (a outra também fica no Aterro). Segundo o advogado, nenhuma das duas empresas vencedoras possui Licença de Operação exigida pelo Conama e emitida por órgãos ambientais.

Sem decisões

Em fevereiro de 2025, ele abriu, no Tribunal de Contas do Município, dois processos em que questiona as licitações e pede concessões de liminares. Os casos foram distribuídos para o gabinete do conselheiro Ivan Moreira dos Santos e, até hoje, não houve qualquer decisão. As últimas movimentações ocorreram há um ano.

Susto e alívio

Petistas chegaram a tomar um susto com as primeiras declarações, ontem, de Donald Trump, mas respiraram aliviados quando ele confundiu os irmãos Flávio e Eduardo Bolsonaro e disse um deles tinha sido preso. O segundo foi condenado pelo Supremo Tribunal Federal, mas está livre, vive nos EUA.

Resposta

Na avaliação de integrantes do PT, as confusões de Trump, que chegou a citar um inexistente “Bolsonaro Junior”, tiraram força das declarações. Também avaliaram como positiva a resposta de Lula, que disse para o colega dos EUA não se meter nas eleições brasileiras. Acham que isso reforça o discurso de soberania.



Ministros definiram como big techs serão responsabilizadas

STF conclui: big techs são responsáveis por conteúdo

Corte finaliza tese sobre o Marco Civil da Internet

Por Gabriela Gallo

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) finalizou, nesta quarta-feira (17), a tese final do julgamento que considerou parcialmente inconstitucional o artigo 19 do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) e responsabiliza as big techs (as maiores e mais influentes empresas de tecnologia globais) por publicações de terceiros.

Com relatoria do ministro do STF Dias Toffoli, a decisão foi unânime e estabelece que a nova tese sobre responsabilização das plataformas poderá ser aplicada a ações judiciais em curso, desde que os fatos tenham ocorrido depois do julgamento do mérito, em junho de 2025.

Ao Correio da Manhã, o coordenador jurídico da BMJ Consultores Associados Aroldo Oliveira explicou que a Corte julgou o artigo como parcialmente inconstitucional, “em razão de um estado de omissão parcial que impede proteção suficiente a bens jurídicos constitucionais de alta relevância, como direitos fundamentais e a democracia”.

“Enquanto não sobrevier nova legislação, o artigo 19 deve ser interpretado de forma que os provedores estão sujeitos à responsabilização civil, ressalvadas as disposições da legislação eleitoral e os atos normativos expedidos pelo TSE [Tribunal Superior Eleitoral]. Em termos

práticos, nas alegações de crimes contra a honra, os provedores só podem ser responsabilizados se descumprirem ordem judicial de remoção, embora nada impeça a remoção voluntária por notificação extrajudicial. Para os demais ilícitos graves como terrorismo, incitação ao suicídio, crimes sexuais e pornografia infantil, os provedores devem agir imediatamente após notificação, independentemente de ordem judicial, sob pena de responsabilização civil”, detalhou Aroldo.

A Corte ainda determinou que as big techs precisam ter um representante legal em solo brasileiro para que possam, eventualmente, receber e responder intimações da Justiça.

A Corte já havia considerado o artigo 19, que trata da responsabilidade das plataformas digitais em retirar conteúdos que configurem crimes, como parcialmente inconstitucional.

O julgamento do STF da última semana, que finalizou nesta quarta, foi o resultado de embargos de declaração opostos à tese fixada em junho de 2025 pela Corte.

Os ministros do Supremo também concederam 60 dias para que as empresas se adequem às novas regras determinadas pelo Supremo.

Esse prazo começa a valer a partir da publicação da ata do julgamento realizada pelo STF no Diário da Justiça Eletrônico.

Aristóteles Drummond

O Rio tem banco de reserva

Não são só os técnicos das seleções que podem promover substituições para melhorar o desempenho dos times. A sociedade pode e deve convocar uma elite de homens fora do setor público para um voluntariado de alto nível ético, moral e operacional em casos de flagrante emergência como a que vive o Rio de Janeiro.

Os quadros são ricos e variados. Na liderança de entidades empresariais, são notáveis gestores homens como Antônio Florêncio de Queiroz, Humberto Mota e Daniel Homem de Carvalho. E como os que estão no comando de grandes empresas e clubes, mas têm espírito público, como José Luiz Alquéres e Luiz Alfredo Taunay, e nos empreendi-

mentos relevantes, como Roberto Medina, Alexandre Accioly e Sávio Neves. Temos ainda antigos parlamentares preparados e equipados, como Ronaldo Cezar Coelho, Márcio Fortes e Aloísio Teixeira.

O Rio é onde vivem os mais destacados economistas, desde Paulo Guedes, Armínio Fraga, Gustavo Franco, Carlos Tadeu, Roberto

Campos Neto e outros.

Entregar o Rio de Janeiro a um time deste nível resgata a história e a relevância de um estado que já deu ao Brasil lideranças a nível de estadistas como Negrão de Lima, Carlos Lacerda, Gilberto Marinho, Almirante Faria Lima, Amaral Peixoto e Nelson Carneiro, entre outros. Sim, temos gente boa!

Victor Corrêa*

A dor que pode esperar

Entre o arroz, o feijão e o antidepressivo, qual será a prioridade?

Para muitas famílias, essa escolha aparece quando a consulta finalmente acontece, a receita é entregue e o remédio não está disponível na farmácia pública.

Desde a pandemia, o Brasil aprendeu a falar mais sobre saúde mental. O sofrimento psíquico entrou na conversa cotidiana, os transtornos mentais passaram a ser ditos com menos vergonha e políticos, empresas e instituições aprenderam a repetir palavras como acolhimento, cuidado e bem-estar.

Mas o sofrimento é mais antigo que o vocabulário usado para descrevê-lo. As pessoas sofrem há muito tempo, muitas em silêncio. E silêncio nunca significou ausência de dor.

O problema é que falar mais não significa cuidar melhor. A saúde mental entrou no discurso público, mas ainda encontra portas estreitas quando precisa virar atendimento, consulta, medicamento, acompanhamento e continuidade.

O SUS oferece atendimento psiquiátrico gratuito. Mas, na prática, oferecer não é apenas existir no desenho da política pública. É ser conhecido, acessível, contínuo e possível.

Pesquisa da Associação Brasileira de Psiquiatria mostrou que apenas 31,6% dos brasileiros sabem que podem buscar atendi-

to com psiquiatra pelo SUS. Em algumas cidades, quem sabe e procura ainda enfrenta fila de até um ano e meio.

O dado expõe uma contradição: o serviço existe, mas boa parte da população sequer sabe que pode procurá-lo. E, quando sabe, nem sempre encontra vaga, tempo de consulta, profissional ou medicamento.

Profissionais que entrevistei para esta coluna relatam a mesma dificuldade: a rede pública não consegue absorver a demanda. “Por mais boa vontade que eu tenha, é impossível fechar um diagnóstico em uma consulta de dez minutos”, disse Joana, psiquiatra que atende em um instituto federal no Rio de Janeiro.

Bruno, psicólogo que atende no SUS e na iniciativa privada, trabalha com pacientes em recuperação de abuso de substâncias. Para ele, o problema começa antes da consulta. “A pessoa chega quando já não aguenta mais. Não é falta de vontade de buscar ajuda. É que o caminho até o atendimento é longo demais para quem já está no limite.”

Não é apenas o tempo curto. Nem todo paciente tem dinheiro para comprar o remédio quando ele não está disponível na rede. A escolha, então, deixa de ser clínica e vira financeira.

Há ainda uma diferença antiga na forma como o país valida a dor. A fratura exposta tem

urgência. A dor que não aparece no raio-x precisa se explicar.

Essa hierarquia aparece também nas escolhas de política pública. O governo federal lançou o Agora Tem Especialistas, programa bilionário para reduzir filas de consultas, exames e cirurgias no SUS. Nas informações oficiais, as áreas prioritárias iniciais são oncologia, ginecologia, cardiologia, ortopedia, oftalmologia e otorrinolaringologia. Psiquiatria não aparece na lista.

Não se trata de negar a urgência das outras especialidades. Quem espera por diagnóstico de câncer, cirurgia ortopédica, atendimento cardiológico ou exame oftalmológico também não pode esperar. Mas a ausência da saúde mental entre as prioridades iniciais revela a distância entre o discurso e a decisão.

Dado não falta. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil tem a maior prevalência de depressão da América Latina e a segunda maior das Américas. Ainda assim, quando o país define prioridades para reduzir filas de especialistas, a saúde mental segue fora do primeiro plano.

Os CAPS se consolidaram a partir da Reforma Psiquiátrica brasileira, uma conquista indiscutível diante da violência manicomial. Justamente por isso, precisam funcionar de acordo com os melhores protocolos. Ir a um

CAPS em crise de pânico e não ter acesso a avaliação psiquiátrica ou psicológica não é apenas frustrante. É também um sinal de que, entre o desenho da política pública e a experiência concreta do paciente, existe um vazio.

O SUS é uma das maiores conquistas da população brasileira. Defendê-lo com seriedade significa também dizer o que ainda falta. O aplauso sem crítica não resolve filas, não garante tratamento, não forma especialistas. Não basta celebrá-lo como princípio quando, por dentro, o que se encontra são equipes esgotadas, profissionais desesperançados e farmácias sem medicação.

A saúde mental não se resolve apenas com campanha, laço colorido, palestra em empresa ou frase de incentivo. Também não avança com uma consulta apressada e uma receita que talvez não encontre o remédio na prateleira.

Há quem espere meses para chegar até aqui. Consiga a consulta. Receba a receita. Vá até a farmácia pública. E descubra que o medicamento não está disponível.

Pedir ajuda é importante. Mas pedir ajuda não basta quando o cuidado não chega.

***Jornalista, mestre e doutorando em Gestão e Políticas Públicas pela Fundação Getúlio Vargas**

Fernando Marinho Mezzadri*

O impacto do fim da escala 6x1 no setor esportivo

A aprovação da PEC 221/2019, que aborda o fim da escala 6x1, apresenta avanço na garantia do que é estabelecido pela Constituição Federal de 1988 no que diz respeito ao direito fundamental ao bem-estar da população brasileira, justamente por esporte, lazer e atividade física fazerem parte do que é constituído como um direito social de todo cidadão, sendo dever do Estado o incentivo ao lazer e às práticas esportivas. Para isso, o fim da escala 6x1 garante algo absolutamente fundamental para que o desenvolvimento social possa ser alcançado: o tempo livre.

Garantir que trabalhadoras e trabalhadores tenham, no mínimo, dois dias de descanso semanais abre oportunidade para melhorias na qualidade de vida da população, passando o domínio do tempo livre para as mãos da força de trabalho, que passa a ter condições de buscar o esporte, lazer e atividades físicas como ferramentas de bem-estar social.

Esses dois dias com aumento do tempo livre são fundamentais para o cumprimento da meta prevista no Guia de Atividade Física do Ministério da Saúde e da Organização Mundial da Saúde (OMS), que recomenda, no mínimo, 150 minutos de atividade física moderada por semana para a população. Isso considerando que 38,3% da população brasileira aponta a falta de tempo como principal fator para não praticar esportes, segundo dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

(PNUD) de 2017. Ou seja, o tempo se torna uma política pública de combate ao sedentarismo, auxiliando o sistema de saúde brasileiro, com pessoas mais ativas e menos propensas aos males gerados pela falta de movimento.

Segundo dados da Secretaria de Atenção Primária à Saúde, em 2025 foram realizados 9.803.279 atendimentos no sistema de saúde em todo o país justamente para avaliação de casos de obesidade na população. Além disso, foram feitos 26.825.604 atendimentos para a saúde mental, outro ponto que o esporte se torna ferramenta essencial de prevenção. Nesse sentido, o tempo livre pode auxiliar na diminuição da necessidade de utilização do sistema de saúde.

Esse movimento vai ao encontro da Agenda 2030 proposta pela ONU, dialogando com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 3, que visa assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, além da ODS 8, que busca promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Esses objetivos devem ser alcançados por meio de ações sistematizadas, atuando de forma integrada para a melhoria da vida da população.

A mudança na formatação dos contratos de trabalho passa a exigir uma adequação das políticas públicas para o atendimento mais eficiente da população e, principalmente, das demandas positivas geradas pelo tempo livre.

Nesse ponto, a Lei Geral do Esporte se torna fundamental para nortear as ações a serem desenvolvidas, já apontando o direito à prática esportiva como direito de todos, com esporte, lazer e atividade física para trabalhadoras e trabalhadores, principalmente no nível de prática do Esporte Para Toda a Vida, que, justamente, consolida a aquisição de hábitos saudáveis e de lazer ao longo da vida.

Nesse sentido, o esporte precisa ser valorizado de forma substancial, tendo, em 2025, recebido apenas 0,04% do orçamento do Governo Federal para desenvolvimento de políticas públicas e ações administrativas, o que é insuficiente para a manutenção sustentável do atendimento adequado para a população. Mais tempo livre significa aumento da procura por atividades para serem realizadas no período de repouso, o que gera necessidade de aprimoramento das políticas públicas existentes.

Isso considerando que o Brasil conta com 47,8 milhões de trabalhadores registrados no regime de CLT, sendo o impacto da mudança da jornada de trabalho diretamente relacionado a esse número. O setor das atividades esportivas, recreação e lazer é composto por 333 mil trabalhadores em CLT, sendo esses diretamente afetados pela mudança prevista na PEC 221/2019.

Importante salientar que a proposta prevê regimes diferenciados de trabalho, que inclui

áreas relacionadas ao esporte profissional, por exemplo, nas quais atletas contam com modelos específicos de contratos e jornadas, sabendo que até o repouso faz parte do treino dos atletas, podendo ser previsto em lei regimes especiais para tais casos.

Entende-se, portanto, que o fim da escala 6x1 é um marco civilizatório para o Brasil, garantindo o tempo livre como um direito de todas as pessoas. E o setor do esporte, lazer e atividade física precisa estar atento a essa nova condição, em que o movimento físico em seus diferentes formatos deixa de ser um privilégio de uma parcela da população, passando a ser um direito universal, indo ao encontro com preceitos básicos do desenvolvimento humano, baseado em bem-estar social, passando a exigir o aprimoramento das políticas existentes e a valorização do setor esportivo, do lazer e da atividade física.

Ter dois dias de repouso como um direito garantido abre um novo “problema” governamental, que é a oferta justamente de políticas públicas voltadas para o bem-estar. E é aqui que o esporte pode ser a estrela do país, baseado na estruturação e consolidação do Sistema Nacional de Esporte como catalisador dessa nova realidade.

***Coordenador-geral do IPIE (Instituto de Pesquisa Inteligência Esportiva)**

CORREIO ECONÔMICO

DA
REDAÇÃO

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Valor médio sacado é de R\$ 604,73

Desenrola registra 17 mil operações em mais de um mês

Mais de 17 mil operações com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) foram utilizadas para pagamento de dívidas por meio do programa Desenrola 2.0. De acordo com o Ministério do Trabalho, o valor médio sacado para quitação de débitos com instituições financeiras é de R\$ 604,73.

A segunda fase do programa federal em reserva de R\$ 10,3 milhões para ajudar na regularização de dívidas dos trabalhadores, viabilizando negociações com descontos e juros mais baixos.

No caso do saque-aniversário, a liberação de valores bloqueados beneficiou 14,6 milhões de trabalhadores com contratos encerrados ou suspensos entre 2020 e 2025.

Saques liberados excepcionalmente

Segundo o ministério, R\$ 16,7 bilhões foram liberados para este fim. Do total, R\$ 14,9 bilhões foram efetivamente pagos. De acordo com o balanço, o valor total utilizado em saques extraordinários desde 2023 é de R\$ 34,7 bilhões. Esse tipo de saque é liberado de forma excepcional. São autorizados pelo governo federal em momentos específicos, como crises econômicas, pandemias, emergências ou mesmo para estimular o consumo.

Tânia Rêgo/Agência Brasil



Oportunidades são para os níveis médio e superior

IBGE abre nova seleção temporária

As inscrições para o Processo Seletivo Simplificado do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para a contratação temporária de 1.414 profissionais começam nesta quarta-feira (17) e seguem até as 23h59 de 15 de julho, no horário de Brasília. Os aprovados atuarão nas operações do 12º Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola e também no levantamento do Censo Nacional da População em Situação de Rua. As inscrições devem ser feitas exclusivamente pela internet, no portal da banca organizadora contratada, o Instituto Avalia.

Contratos serão de 12 ou 48 meses

Os contratos terão duração inicial de até 12 meses, podendo ser prorrogados até 48 meses. Na semana passada, o IBGE abriu as inscrições para outro processo seletivo, que oferece 8.238 vagas para cinco cargos de nível médio: agente censitário administrativo, agente censitário de informática, agente operacional regional, agente censitário regional e agente censitário supervisor.

Bolsa Família I

A Caixa Econômica Federal começa a pagar nesta quarta-feira (17) a parcela de junho do Bolsa Família para beneficiários com Número de Inscrição Social (NIS) de final 1. Ao todo, cerca de 19,3 milhões de famílias recebem o benefício. Beneficiários podem movimentar os valores pelo App Caixa Tem.

Bolsa Família II

Segundo a Caixa, também é possível utilizar o cartão para realizar compras em estabelecimentos comerciais por meio da função de débito, bem como realizar saques em unidades lotéricas, correspondentes Caixa Aqui e agências da Caixa. Nos terminais de autoatendimento, o saque pode ser feito com biometria.

Cultura nacional I

O cooperativismo passa a ser reconhecido como manifestação da cultura nacional e poderá acessar recursos de fundos regionais de desenvolvimento. As duas normas que fortalecem o setor estão publicadas no Diário Oficial da União. A lei determina que o Estado garanta a livre atividade das cooperativas.

Cultura nacional II

Com a inclusão da nova determinação, os recursos desses fundos poderão ser destinados não apenas a empresas, mas também a sociedades cooperativas, desde que organizadas conforme a legislação do setor. Na prática, a medida amplia as possibilidades de financiamento para iniciativas em áreas estratégicas

Combustível I

O chamado Decreto do SAF, que vai ditar as regras para o esforço das companhias aéreas reduzirem as emissões de gás carbônico (CO₂), está em "vias de ser publicado", afirmou na quarta a coordenadora-geral de Biodiesel e Outros Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Lorena Mendes de Souza.

Combustível II

O decreto tem como objetivo regulamentar a Lei do Combustível do Futuro (Lei 14.993/2024), que traça rotas para a transição energética no país, diminuindo a emissão de gases do efeito estufa - como o CO₂ - causadores do aquecimento global e, consequentemente, das mudanças climáticas.



É a quarta edição do programa na história

R\$ 360 mi a pequenas empresas inovadoras

MCTI e Finep pretendem apoiar mais de 700 projetos no país

Da Redação

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) lançaram nesta terça-feira (16), no Rio de Janeiro, o Programa Tecnova 2026/2027. A iniciativa oferece R\$ 360 milhões para pequenas empresas do país desenvolverem produtos, serviços e processos inovadores. Os recursos são da Finep e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

É a quarta edição do programa, que desta vez planeja contratar até 713 empresas com faturamento anual de até R\$ 16 milhões. O total de recursos investidos pode chegar a R\$ 588 milhões se forem consideradas as contrapartidas estaduais.

A operacionalização dessa quantia ficará sob responsabilidade de agentes estaduais como as fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), entre outros.

Os interessados têm até o dia 3 de agosto de 2026 para enviar as propostas por meio do site da Finep. Uma vez contemplados, terão até 60 meses para execução do projeto.

A ministra da Ciência, Tecnologia e Inovação, Luciana Santos, destacou o alcance nacional da iniciativa. Pela primeira vez, o programa contempla toda as 27 unidades da federação.

“O Programa Tecnova atua na descentralização da inovação para garantir que os recursos cheguem a todas as regiões do país. O apoio às micro e pequenas empresas contribui para o fortalecimento tecnológico nacional e para a geração de empregos qualificados”, disse Luciana.

O presidente da Finep, Luiz Antônio Elias, explicou o modelo de cooperação com as unidades federativas.

“Trabalhamos em conjunto com os agentes estaduais para operacionalizar a subvenção econômica e modernizar o setor produtivo nas diferentes regiões. É no espaço entre produção do conhecimento e sua incorporação à economia e à sociedade que programas como o Tecnova assumem um papel significativo e estratégico”, destacou Elias.

Indicadores e projetos

O MCTI também anunciou a criação do projeto Cientistas de Dados pelo Brasil, uma rede para padronizar as informações estaduais sobre apoio à pesquisa e desenvolvimento ((P&D) no Brasil.

A pasta divulgou ainda indicadores nacionais de investimentos em P&D entre 2014 e 2024. Neste último ano, foram gastos R\$ 166,4 bilhões, considerados aportes do setor público e privado. O crescimento foi de 18% em relação a 2021, período com menor aporte de recursos nos últimos anos.

Promessa de dinheiro fácil e Pix são meios mais usados por golpistas

Estudo da Agência Lupa mostra que golpes costumam ser recorrentes

Promessas de dinheiro fácil vindas de marcas conhecidas com pagamentos instantâneos via Pix se tornaram a combinação mais frequente usada pelos golpistas online do Brasil. É o que aponta a segunda edição do relatório A Jornada dos Golpes, divulgado nesta quarta-feira (17).

O estudo do Observatório Lupa, núcleo de pesquisa da Agência Lupa, tomou por base 115 conteúdos fraudulentos virais que circularam pelo país entre maio de 2024 e abril de 2026. Foi constatado que cerca de um terço dos golpes exigia pagamentos exclusivamente via Pix. Outros 71% dos golpes prometiam algum tipo de vantagem financeira e 74% exploravam a credibilidade de empresas ou personalidades conhecidas para dar às fraudes uma aparência de legitimidade.

A pesquisa identificou que boa parte dos golpes utiliza estratégias repetitivas que são, por essa razão, previsíveis. Entre as estratégias

que reaparecem ao longo do ano com pequenas adaptações se incluem promoções falsas, indenizações inexistentes, vagas de emprego fraudulentas, benefícios sociais fictícios e brindes supostamente gratuitos. E sempre acompanhando datas sazonais e temas em evidência no noticiário.

A pesquisadora responsável pelo estudo, Beatriz Farrugia, indicou que os criminosos não precisam criar golpes completamente novos para continuar fazendo vítimas.

“Eles reutilizam estruturas que já funcionaram, adaptam a narrativa ao contexto do momento e se aproveitam da confiança que as pessoas depositam em marcas conhecidas, instituições e figuras públicas”.

Como isso torna as fraudes cada vez mais previsíveis, Beatriz afirmou que acaba abrindo espaço para ações preventivas mais eficazes.

Para Celso Souza, especialista em desenvolvimento de software personalizado e CEO da Nova



O relatório A Jornada dos Golpes foi divulgado nesta quarta-feira (17).

Web, é preciso cultivar o hábito de segurança no ambiente virtual: “A dificuldade em mitigar esse risco reside na natureza invisível dos ataques digitais. Diferentemente do mundo físico, onde um delito costuma deixar vestígios evidentes, como danos materiais ou agressões, no ambiente digital não há percepção imediata da violação”.

Para aumentar a taxa de sucesso das fraudes, os criminosos exploram especialmente contextos de vulnerabilidade econômica e a expectativa de obtenção de dinheiro fácil ou descontos significativos.

Os pesquisadores identificaram que uma das principais estratégias é a distorção de fatos reais. Em 66% dos golpes analisados, criminosos partiram de informações verdadeiras para construir narrativas enganosas.

Isso inclui manipulação de reportagens jornalísticas, comunicados oficiais, campanhas legítimas, decisões judiciais, programas governamentais e páginas institucionais,

visando criar conteúdos que parecem autênticos à primeira vista. No período anterior, esse índice era de 55%.

Segundo Beatriz, o uso de elementos reais torna os golpes mais difíceis de serem identificados.

“Muitas vezes, a fraude não nasce de uma informação totalmente inventada, mas da adulteração de fatos verdadeiros, marcas reconhecidas ou notícias que já circulam na imprensa”.

De acordo com o relatório, mais de 15 empresas de varejo, bancos, marketplaces e plataformas digitais tiveram suas marcas utilizadas indevidamente por criminosos para conferir legitimidade às fraudes.

Entre as marcas mais exploradas, destaque para Mercado Livre e Nubank, com quatro ocorrências cada. Shopee, Serasa e Rede Globo aparecem também entre os nomes mais utilizados pelos golpistas.

Além de empresas, personalidades públicas, jornalistas, médicos

e influenciadores foram frequentemente usados para dar veracidade às mensagens fraudulentas.

A pesquisa evidencia que a maior parte das fraudes é iniciada em redes sociais abertas, como Facebook, Instagram e TikTok, migrando depois para ambientes mais privados, especialmente formulários online, onde ocorre a coleta de dados pessoais, e aplicativos de mensagens.

O WhatsApp apareceu em quase 65% dos golpes analisados entre maio de 2025 e abril de 2026, consolidando-se como o principal canal de circulação desse tipo de conteúdo no país.

Nesse ambiente, os pagamentos instantâneos tornaram-se uma ferramenta importante para os criminosos. As transferências por Pix costumam ser apresentadas como forma única de arcar com taxas supostamente necessárias para liberar benefícios, promoções, brindes ou indenizações inexistentes.

Fluxo aéreo no setor de petroleiro cresce 21% e ultrapassa 2,5 mi de passageiros

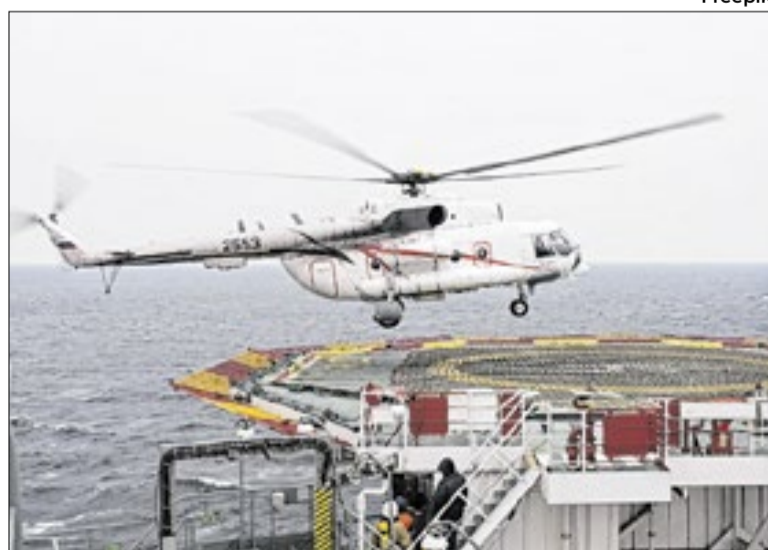
O transporte aéreo de trabalhadores do setor de petróleo e gás cresceu 21,2% em dois anos na costa brasileira, passando de 775 mil passageiros em 2022 para 939.889 em 2024. No acumulado do triênio, as operações de suporte offshore movimentaram 2,58 milhões de passageiros e 137.209 voos nos estados de Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

Os dados fazem parte de um levantamento inédito do Programa Macrorregional de Caracterização do Tráfego de Aeronaves (PMCTA), condicionante do licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), e de responsabilidade da Petrobras. O estudo identi-

ficou os aeroportos estratégicos utilizados pela indústria de petróleo e gás no Sul e Sudeste do país, abrangendo operações de dez operadoras do setor.

O levantamento mostra que o estado do Rio de Janeiro concentra o eixo logístico da aviação offshore brasileira, respondendo por 92,2% dos voos de suporte registrados no período. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Cabo Frio, Macaé e Maricá aparecem entre os principais polos operacionais do país, impulsionados pelas atividades nas bacias de Campos e Santos.

A Bacia de Campos lidera o ranking nacional com 44,6% dos passageiros transportados no triênio — o equivalente a 1,15 milhão de pessoas — seguida pela Bacia de Santos, com 37,4%.



Levantamento do PMCTA revela concentração no RJ

Já as operações ligadas ao Espírito Santo representam 18% do fluxo total monitorado.

A infraestrutura aérea do setor também apresenta forte con-

centração operacional. Apenas quatro aeroportos responderam por 88% de toda a movimentação de passageiros registrada pelo PMCTA entre 2022 e 2024.

O Heliporto Farol de São Tomé (SBFS), em Campos dos Goytacazes (RJ), manteve a liderança absoluta nacional. O terminal registrou 380.743 passageiros apenas em 2024 e acumulou cerca de 980 mil passageiros no triênio, concentrando sozinho 38% de toda a movimentação aérea do setor no Brasil.

Outro destaque do levantamento foi o crescimento acelerado do Aeroporto de Maricá (SBMI). O terminal fluminense registrou alta de 396% no número anual de passageiros, saltando de 14.018 em 2022 para 69.601 em 2024. No acumulado dos três anos, o aeroporto movimentou 103 mil passageiros e consolidou-se como uma nova base estratégica para as operações da indústria na Bacia de Santos.

JORNAL DO SERVIDOR

ANDRE SOUZA
JOÃO COCKELL

Fabio Rodrigues-Pozeborn/Agência Brasil



Dario Durigan: "Não haverá reajuste acima da inflação"

Servidores criticam veto a reajuste acima da inflação

A declaração do ministro da Fazenda, Dario Durigan, de que não haverá reajuste salarial acima da inflação para os servidores federais em 2027 gerou reação entre entidades representativas do funcionalismo. Para os servidores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União, a medida ignora anos de perdas inflacionárias acumuladas e a ausência de recomposição integral dos salários. As entidades defendem que a valorização das carreiras é essencial para garantir a qualidade dos serviços públicos e cobram do Supremo Tribunal Federal o envio ao Congresso da proposta de reestruturação das carreiras do Poder Judiciário da União, considerada fundamental para corrigir distorções e fortalecer a prestação jurisdicional.

Protocolo Antirracista

A deputada federal Laura Carneiro(PSD/RJ) apresentou projeto de lei na Câmara que cria o Protocolo Antirracista obrigatório em escolas e universidades públicas e privadas. A proposta estabelece medidas de prevenção, acolhimento às vítimas, apuração de denúncias e responsabilização em casos de racismo e discriminação racial. O texto prevê proteção contra retaliações, capacitação anual e respostas rápidas e seguras no ambiente educacional.

Ilustração / Imagem gerada por IA



Remuneração é de R\$ 5.565,00, podendo ser proporcional

Cadastro de Reserva para professores

Terminam nesta quinta-feira (18) as inscrições para o processo seletivo simplificado da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) destinado à formação de cadastro reserva para professores da rede estadual. Os profissionais selecionados poderão atuar no Ensino Fundamental e Médio durante o ano letivo de 2027. A remuneração pode chegar a R\$ 5.565 para jornada de 40 horas semanais. As inscrições são realizadas pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e a seleção contará com prova objetiva, videoaula e avaliação de títulos.

Nossa Casa, Nossas Memórias

A Câmara Legislativa lançou o livro de memórias Nossa Casa, Nossas Histórias, em homenagem aos servidores aposentados. A obra foi produzida pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), com apoio da Diretoria de Comunicação Social (Dicom), e reúne relatos de ex-servidores que participaram da construção do Parlamento Distrital e ajudam a contar a história dos 35 anos da instituição.

Greve I

A greve dos servidores municipais de Taubaté, que chegou a sua terceira semana, irá continuar. Os servidores decidiram manter a greve após assembleia na Avenida do Povo. A paralisação segue causando impactos nos serviços públicos do município. Haverá uma nova rodada de negociações com o Sindicato.

Greve II

Segundo a Prefeitura, a proposta prevê reajuste salarial de 2,5%, com aplicação a partir de maio de 2027, além do aumento do vale-alimentação de R\$ 502,50 para R\$ 844,50 a partir de setembro deste ano. Os servidores públicos, no entanto, seguem reivindicando uma recomposição do salário de 9,43%.

DesenvolveGOV I

O Governo Federal adotará o DesenvolveGOV, plataforma digital que planejará e acompanhará as ações de capacitação dos servidores públicos. A ferramenta fica disponível a partir de julho e será usada no desenvolvimento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) 2027 e irá beneficiar 570 mil servidores.

DesenvolveGOV II

A plataforma reúne etapas de planejamento, execução, monitoramento e revisão das ações de desenvolvimento. Ela foi criada para simplificar processos, automatizar fluxos, ampliar o uso estratégico de dados e tornar o PDP mais dinâmico, integrado e orientado por evidências. A nova ferramenta irá substituir, de maneira gradual, o Sipec

Remoção I

A Polícia Penal realizou seis editais de remoção para policiais penais. Ao todo, 256 servidores foram contemplados com vagas distribuídas em 35 unidades prisionais de oito regiões penitenciárias. A medida busca adequar o efetivo às necessidades de cada unidade e fortalecer os serviços do sistema prisional.

Remoção II

Além de reorganizar a distribuição dos servidores entre as unidades, os editais também permitem a aproximação dos policiais penais de seus familiares. Em 2026, a Polícia Penal já publicou nove editais de remoção, sendo oito destinados a policiais penais e um voltado para o cargo de técnico administrativo.



Kayo Magalhaes/Câmara dos deputados

Texto defende quadros próprios de servidores em Conselhos

Projeto proíbe pejetização em áreas essenciais

PL 3026/2026 estabelece restrições à contratação de pessoas jurídicas

Andre Souza

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 3026/2026, de autoria da deputada federal Heloísa Helena(Rede/RJ), que pretende proibir a contratação de pessoas jurídicas para o exercício de atividades-fim em empresas públicas e privadas, além de vedar essa modalidade de contratação nas áreas de saúde, segurança e fiscalização dos conselhos profissionais.

A proposta tem como principal objetivo combater a chamada "pejetização", prática em que trabalhadores são contratados como empresas para prestar serviços que, na prática, apresentam características de vínculo empregatício. Segundo o texto, a contratação de pessoas jurídicas será considerada irregular quando houver subordinação, pessoalidade, habitualidade e remuneração, requisitos previstos na legislação trabalhista para caracterização da relação de emprego.

O projeto estabelece que atividades ligadas à assistência direta à saúde, incluindo diagnósticos, tratamentos e procedimentos clínicos ou cirúrgicos, não poderão ser exercidas por meio de contratos com pessoas jurídicas. A vedação também alcança funções relacionadas à segurança, como vigilância, inspeção, controle operacional e análise de riscos.

Outra área abrangida pela proposta é a fiscalização profissional. O texto determina que conselhos de fiscalização, como os de medicina, engenharia e

advocacia, deverão manter quadros próprios de servidores ou empregados para realizar inspeções, auditorias, emissão de pareceres e autos de infração. A substituição dessas funções por contratos de prestação de serviços com empresas seria proibida.

Entre as penalidades previstas para quem descumprir a norma estão multa administrativa de R\$ 50 mil por trabalhador contratado de forma irregular, valor que poderá ser dobrado em caso de reincidência, impedimento de contratar com o poder público por até cinco anos e comunicação obrigatória ao Ministério Público do Trabalho para adoção das medidas cabíveis.

A proposta abre exceção para atividades de natureza intelectual, científica, artística ou de consultoria especializada, desde que não haja caracterização de vínculo empregatício e que o serviço prestado não corresponda à atividade-fim da entidade contratante.

Caso seja aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado, o projeto determina que contratos em desacordo com as novas regras sejam adequados ou rescindidos em até 180 dias após a publicação da lei.

Na justificativa, Heloísa Helena afirma que a medida "busca fortalecer a proteção ao trabalho formal, evitar a precarização das relações trabalhistas e garantir maior segurança jurídica em setores considerados essenciais para a população". Segundo a parlamentar, a pejetização tem sido utilizada para mascarar vínculos empregatícios

CORREIO NACIONAL

Agência Gov | via Casa Civil 17



Seleções contemplam cerca de 1.000 municípios

Novo PAC destina R\$ 10,5 bi para 85 mil novas moradias

O Governo Federal divulgou as propostas selecionadas para a construção de novas moradias do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), nas modalidades Rural e Entidades. Cerca de 50 mil unidades habitacionais foram selecionadas no MCMV Rural, abrangendo 1.198 propostas em 884 municípios. Destinada a famílias residentes em áreas rurais, agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais, essa modalidade contemplou, em sua maioria, propostas localizadas em municípios com menos de 50 mil habitantes das regiões Norte e Nordeste. No Minha Casa, Minha Vida Entidades, aproximadamente 35 mil unidades habitacionais foram selecionadas em 217 municípios.

Potencial de investimento de R\$ 10,5 bi

Essa modalidade reúne propostas apresentadas por entidades sem fins lucrativos, como movimentos sociais de luta por moradia. As duas seleções anunciadas somam um potencial de investimento de cerca de R\$ 10,5 bilhões em recursos do Novo PAC. Desde janeiro de 2023, 2,3 milhões de moradias já foram contratadas em todas as modalidades do programa, com recursos do Novo PAC, das quais mais de 1,9 milhão já foram entregues.

Agência Gov | via Saúde



Atualização dos critérios fortalece o cuidado

Acesso a medicamentos para HIV

O Ministério da Saúde atualizou os critérios para solicitação e autorização do uso do medicamento fostensavir e com isso ampliou o acesso ao tratamento para pessoas vivendo com HIV e/ou aids que apresentam vírus multiresistente e necessitam de alternativas terapêuticas mais avançadas. A medida busca evitar que pessoas em situação de maior vulnerabilidade clínica precisem esgotar todas as alternativas terapêuticas antes de terem acesso ao medicamento, ampliando as chances de controle da infecção e de recuperação da resposta ao tratamento.

O fostensavir é indicado para adultos

O fostensavir é indicado para adultos com infecção por HIV-1 multiresistente que apresentam falha virológica. Utilizado em conjunto com outros antirretrovirais, o medicamento integra as opções terapêuticas oferecidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para casos mais complexos, ampliando as possibilidades de controle da infecção e de recuperação da resposta ao tratamento.

Monitoramento I

O Governo do Brasil, por meio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), iniciou nessa segunda-feira, 15 de junho, a nova etapa da campanha Funasa Presente no Rio Doce, dando continuidade ao monitoramento da qualidade da água para consumo humano em municípios de Minas Gerais e Espírito Santo.

Monitoramento II

A segunda fase reforça o acompanhamento sistemático das condições da água ao longo da bacia e integra as ações desenvolvidas pelo Ministério da Saúde no âmbito do Novo Acordo do Rio Doce. O lançamento da campanha foi realizado em Governador Valadares (MG), na sede da Ardoce.

PND 2026 I

Redes de ensino interessadas em usar a nota de participantes na Prova Nacional Docente (PND) a fim de selecionar professores da educação básica têm até as 23 hora e 59 minutos desta quarta-feira (17) para aderir ao processo. A participação é voluntária e deve ser feita exclusivamente pelo Simec.

PND 2026 II

A PND foi criada para apoiar as redes públicas na contratação de docentes e contribuir para a qualificação do ingresso na carreira do magistério. Os resultados de cada edição do exame têm validade de três anos. O exame pode substituir provas objetiva e discursiva das seleções para professores da educação básica.

Enem 2026 I

O Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) anunciaram, na manhã desta quarta-feira (17), a ampliação do prazo para pagamento da taxa de inscrição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2026 até a segunda-feira (22).

Enem 2026 II

Antes do anúncio oficial, a data final de pagamento seria nesta quarta-feira. A retificação do edital do Enem já está publicada no Diário Oficial da União. O valor da taxa de inscrição é R\$ 85 e a Guia de Recolhimento da União (GRU Cobrança) para pagamento é gerada na Página do Participante no portal do Inep.



Suzane reivindicou herança de um tio

Lei Richtofen passa na CCJ e avança na Câmara

Projeto restringe herança em caso de homicídio na família

Por Beatriz Cicci

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (17) o projeto de lei (PL) 23/2026, que amplia restrições ao direito à herança em casos de homicídio doloso contra familiares. Na prática, impede que aqueles condenados por matar um familiar possam herdar os bens de outros membros da família como tios, primos e irmãos. O projeto vai para análise no plenário da Câmara e, se aprovado, segue para o Senado.

A advogada Pamela Villar explica que a lei atual “protege apenas o próprio autor da herança e sua família imediata, criando uma lacuna legislativa em relação aos seus parentes mais distantes, o que, na prática, pode gerar algumas distorções”.

O PL 23/2026, de autoria da deputada Dayany Bittencourt (União Brasil-CE) ganhou o apelido de Lei Suzane Von Richtofen. Ela foi condenada em 2002 a 39 anos de prisão após coordenar o assassinato dos próprios pais. Na época, o caso despertou tamanho interesse popular que a TV Justiça chegou a considerar a transmissão do julgamento ao vivo. Vinte e três anos depois, em outubro de 2025, o lançamento do filme “Tremembé”, protagonizado por Marina Ruy Barbosa, pôs a história de Suzane em

destaque novamente, tornando-a amplamente conhecida em todo o país.

Em janeiro de 2026, o caso ganhou uma nova dimensão quando o tio de Suzane, Miguel Abdalla Neto, foi encontrado morto em seu apartamento e Suzane se apresentou como sua herdeira – sem nenhum impedimento legal que a proibisse de fazê-lo. Dessa forma, mesmo condenada pelo assassinato dos pais, poderia herdar parte de R\$ 5 milhões da herança de Miguel. A notícia causou uma grande indignação pública, que originou o projeto.

“Aberração ética”

Este caso expôs uma brecha na lei que Bittencourt definiu como uma “aberração ética”. De acordo com a autora, é crucial definir, com clareza, a gravidade de certos crimes e, assim, assegurar uma justiça condizente com os valores fundamentais da sociedade.

Segundo Villar, “não há menção a outros casos práticos ou pesquisas que demonstrem a necessidade da alteração legislativa”. Assim, evidencia como a indignação da sociedade foi o principal mecanismo que impulsionou a proposta de mudança legislativa.

O texto altera o Código Civil, ampliando o chamado “instituto da indignidade”, que retira o direito à herança a quem comete crimes contra o titular dos bens, seu cônjuge, companheiro, pais ou filhos.

CORREIO CENTRO-OESTE

Divulgação/INSS



INSS busca formar divulgadores comunitários de direitos

DF: indígenas recebem curso sobre garantias previdenciárias

Termina hoje (18), em Sobradinho (DF), o curso Disseminadores de Informações Previdenciárias, promovido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e voltado à formação de lideranças indígenas, representantes de instituições parceiras e profissionais que atuarão como multiplicadores de orientações sobre direitos. A iniciativa integra o Programa de Educação Previdenciária e busca ampliar o acesso dos povos originários a informações sobre benefícios, serviços e canais de atendimento. O conteúdo também aborda: prevenção a fraudes, proteção de dados pessoais e cuidados para evitar golpes. O projeto é desenvolvido desde 2023. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) é parceira do curso.

TSE inaugura sala no DF para partidos

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) inaugurou ontem (17) a Sala dos Partidos Políticos Senador Petrônio Portella, destinada ao atendimento de representantes partidários na sede da Corte, em Brasília. A homenagem destaca a trajetória do ex-senador piauiense. Dois representantes do DF estiveram presentes: Natália Nobre (PMB-DF), a única mulher a presidir um partido no DF, e Luís Miranda, pré-candidato a distrital pelo Republicanos-DF.

Divulgação/MGI



Carteira de Identidade Nacional (CIN) substitui o antigo RG

DF: 951,6 mil pessoas já emitiram a CIN

No Distrito Federal, 951,6 mil pessoas já haviam emitido a Carteira de Identidade Nacional (CIN) até o último dia 12, o equivalente a 31,9% da população local. De acordo com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o documento substitui o antigo Registro Geral (RG) e utiliza o CPF como número único de identificação, reduzindo duplicidades e ampliando a confiabilidade dos registros públicos. A primeira via é gratuita e pode ser solicitada em qualquer estado mediante a apresentação da certidão de nascimento ou de casamento.

DPDF reúne irmãs após feminicídio

A Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF) garantiu que uma mulher obtivesse a guarda da irmã mais nova e intermediou a guarda compartilhada de outras duas adolescentes após a mãe delas ser vítima de feminicídio cometido pelo ex-companheiro. A atuação permitiu reunir as quatro irmãs e regularizar a situação das jovens para acesso ao programa Acolher Eles e Elas, do governo do DF.

Arraial

A 23ª edição do Grande Arraial de Goiânia (GO) começa nesta quinta (18) e segue até domingo (21) no estacionamento do Parque Mutirama, com entrada gratuita. A programação terá início às 17h e reunirá 20 grupos participantes da segunda etapa do Circuito Junino de Goiás, além de atrações voltadas às famílias.

Leilão

A prefeitura de Sorriso (MT) realizará seis leilões virtuais de veículos apreendidos, removidos ou recolhidos há mais de 60 dias e não retirados pelos proprietários. Ao todo, serão ofertados 541 lotes. O primeiro pregão terá abertura em 1º de julho. Mais informações estão disponíveis no portal Topo Leilões.

Empregabilidade

A Fundação do Trabalho de Mato Grosso do Sul e o Comando Militar do Oeste realizarão nos dias 2 e 3 de julho a 4ª Feira da Empregabilidade, na Faculdade Insted, em Campo Grande (MS). A ação reunirá vagas, cursos e orientações para inserção profissional. O atendimento será voltado a militares em desligamento.

Frente fria

Com a previsão de frente fria no sábado (20), o governo goiano intensificou a campanha Aquecendo Vidas e já distribuiu quase 88 mil dos 95 mil cobertores adquiridos para a ação. O material chegou a 97% dos municípios goianos e será destinado a famílias vulneráveis. A iniciativa é realizada pela Organização das Voluntárias de Goiás (OVG).

Operação

A Polícia Civil de Mato Grosso realizou ontem (17) a Operação Malus Noctua para combater um grupo investigado por tráfico de drogas em Sorriso (MT). Foram cumpridas 37 ordens judiciais no estado. Até o momento, 17 pessoas foram presas. Outros alvos seguem foragidos e são procurados pela Justiça.

Chuvas

Um levantamento do Centro de Monitoramento do Tempo e do Clima de Mato Grosso do Sul apontou a distribuição irregular das chuvas nos primeiros 15 dias deste mês. As regiões central e nordeste registraram volumes entre 60 e 120 milímetros, enquanto áreas do Pantanal, sudoeste e norte tiveram baixos índices.



Crianças fazem parte do grupo prioritário da vacinação

Vacina pneumo 20 disponível nas UBSs do DF

Imunizante protege contra bactéria que causa pneumonia

Por Isabel Dourado

A vacina pneumocócica 20 (VPC20) já está disponível em todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) do Distrito Federal. O imunizante protege contra 20 sorotipos da bactéria *Streptococcus pneumoniae*, principal causadora de doenças graves, como pneumonia e meningite. O Ministério da Saúde tinha anunciado a oferta da vacina pneumocócica 20 no Sistema Único de Saúde (SUS) no início deste mês.

Segundo a pasta, estima-se que o pneumococo seja responsável por até 50% de todos os casos de meningite bacteriana em crianças. A mortalidade nesses casos é de cerca de 30%. Além das crianças pequenas, idosos e indivíduos com comorbidades ou imunossupressão também são mais vulneráveis.

De acordo com informações do Ministério, o diferencial da pneumo 20 é a ampliação da proteção imunológica, relacionada aos sorotipos que mais causam pneumonia invasiva, especialmente os tipos 3, 6A e 19A, sendo mais abrangente do que as formulações anteriores. A vacina também atua contra a otite média, condição que pode levar à perda auditiva e infecção generalizada.

O SUS oferece as vacinas pneumo10 e pneumo13. Com a incorporação da pneumo 20, o Ministério da Saúde fará uma transição gradual para substituir

esses imunizantes, já que a nova vacina amplia a proteção contra um número maior de sorotipos da bactéria pneumococo e expande o potencial de prevenção de casos graves. “Estamos saindo de uma vacina que protege contra dez sorotipos e indo para outra que dobra esse número”, destaca a gerente da Rede de Frio Central da Secretaria de Saúde (SES-DF), Tereza Luiza Pereira.

Crianças

A pneumo 20 será ofertada aos seguintes grupos prioritários: crianças menores de 5 anos; povos indígenas maiores de 5 anos de idade; idosos com 60 anos ou mais acamados e/ou institucionalizados; pessoas com condições clínicas especiais.

Durante o período de transição, o esquema vacinal básico para a criança seguirá o seguinte modelo: uma dose da pneumo 20 aos 2 meses de idade; uma dose da pneumo 10 aos 4 meses, e uma dose de reforço da pneumo 20 aos 12 meses, respeitando o intervalo mínimo de 60 dias entre a segunda dose e o reforço.

No DF, as 66,5 mil crianças menores de 4 anos constituem o grupo prioritário da vacinação de rotina. A meta é imunizar 95% dessa população. “Nesse cenário, a novidade no Programa Nacional de Imunizações (PNI) aparece como um grande avanço para a proteção da população, especialmente, das crianças”, afirma Tereza Luiza Pereira.

DF: Justiça condena Riot Games por prejuízo a jovens

A 1ª Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal condenou a Riot Games Serviços Ltda., subsidiária da Riot Games e integrante do grupo Tencent, ao pagamento de R\$ 15 milhões por dano moral coletivo devido à oferta de loot boxes a crianças e adolescentes no jogo League of Legends (LOL).

A sentença também reconheceu o direito à indenização individual de menores que utilizaram o mecanismo no período analisado. As loot boxes permitem a compra, com dinheiro real, de

pacotes com conteúdo desconhecido até a abertura, em sistema baseado em aleatoriedade.

A ação civil pública foi proposta pela Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced). A decisão entendeu que a empresa não informou as probabilidades reais de obtenção dos itens, manteve opaco o funcionamento do gerador de números aleatórios e deixou de alertar sobre riscos associados ao uso desse recurso.

Para a magistrada, a ausência

de proibição específica antes da Lei nº 15.211/2025 não afastava a ilicitude da prática, que já encontrava vedação em normas como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Os R\$ 15 milhões serão destinados ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente do DF (FDCA-DF). Após o trânsito em julgado, a empresa terá 90 dias para adotar diversas medidas, entre elas, a verificação de idade.



Mecanismo do jogo LOL foi tido como similar aos jogos de azar

TEM SEMPRE UMA SALA VIP PERTO DE VOCÊ!

No Aeroporto de Brasília você pode escolher entre cinco Salas VIP para aguardar o seu voo.

Aeroportos
VIP CLUB

SALA VIP DOMÉSTICA



SALA VIP EXPRESS SUL



SALA VIP EXPRESS NORTE



SALA VIP INTERNACIONAL



SALA VIP BRB EXCLUSIVA PARA CLIENTES BRB



Acesse o QR Code e confira os serviços e as condições de acesso de cada uma.

BRASILIANAS

Agência Brasília



Ferraz ocupou cargos estratégicos na gestão Ibaneis

Ex-secretário de Ibaneis volta ao foco por corrupção

O ex-secretário de Economia do DF Ney Ferraz voltou ao centro de uma investigação criminal ao ser novamente alvo de operação da Polícia Civil do Distrito Federal e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que deflagraram nesta quarta-feira (17/6) a Operação Black-Tie para apurar supostos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e associação criminosa envolvendo agentes públicos e particulares.

A apuração começou em fevereiro de 2025 e resultou no cumprimento de seis mandados de busca e apreensão em Planaltina, no Noroeste e no Anexo do Palácio do Buriti, onde os investigadores apreenderam um pen drive na mesa de trabalho de Luiz Carlos de Sousa, assessor especial da Secretaria de Economia, que recebe salário de R\$ 13 mil e integra o Fundo de Apoio ao Esporte, com remuneração adicional de R\$ 2 mil.

A pasta informou que o mandado se refere a servidor vinculado à gestão anterior e que aguarda mais detalhes para adotar providências administrativas. O nome da operação faz referência à compra de roupas de alto padrão pagas em espécie, um dos elementos que motivaram o aprofundamento das investigações, que seguem sob sigilo judicial.



Obra "Será Progresso ou Regresso?", acrílica sobre papel

Fernanda Cordeiro em dois palcos naifs

A artista plástica brasiliense Fernanda Cordeiro, referência crescente na arte naif, participa simultaneamente de duas mostras nacionais dedicadas ao gênero. Na Paraíba, ela integra a 7ª edição do Festival Internacional de Arte Naif, em Guarabira, que reúne mais de 80 artistas do Brasil e do exterior em torno do tema "Naifs pelo Clima: o Aquecimento Global". Sua obra exposta, "Será Progresso ou Regresso?", acrílica sobre papel, recebeu avaliação positiva de um dos curadores do evento, que destacou a densidade e a profundidade do trabalho, características valorizadas no naif contemporâneo por romperem com a ideia de pintura plana. Em agosto, Fernanda também estará no 3º EnanCO – Folclore e Tradições, no Museu de Artes de Goiânia, onde apresentará "As Cavalhadas no Cavaleiro de Pirenópolis", acrílica sobre tela que retrata uma das manifestações culturais mais emblemáticas do Centro-Oeste. Natural de Taguatinga, ela iniciou a carreira em 2020 e já representou o DF em edições anteriores do FIAN, onde recebeu menção honrosa.

POR
WILLIAM FRANÇA

Histórico pesa sobre Ney Ferraz

Alvo da Operação Black-Tie, o ex-secretário de Economia Ney Ferraz já havia sido condenado por lavagem de dinheiro e ocultação de bens em investigação relacionada ao período em que presidiu o Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal entre 2019 e 2022. Posteriormente, o Tribunal de Justiça do DF ampliou a pena para nove anos e nove meses por corrupção e lavagem, em decisão que apontou o recebimento de cerca de R\$ 1,6 milhão em propina. Servidor público federal do Instituto Nacional do Seguro Social, Ferraz ocupou cargos estratégicos na gestão do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), entre eles a presidência do Instituto de Assistência à Saúde do Servidor, além das secretarias de Planejamento e de Economia. Após a condenação em segunda instância, pediu exoneração da pasta e afirmou que recorreu ao Superior Tribunal de Justiça para tentar reverter a decisão. A nova operação reacende o foco sobre sua atuação no governo e amplia a pressão sobre investigações em curso.

Rodoviária conclui revisão estrutural

A concessionária Cathedral concluiu a modernização dos 64 pilares da Rodoviária do Plano Piloto, como parte do programa permanente de conservação das estruturas do terminal, que completou um ano de concessão este mês. As intervenções incluíram vistoria técnica, lixamento, tratamento do concreto e aplicação de proteção especial para aumentar a durabilidade das colunas, que, segundo os responsáveis, apresentaram condições compatíveis com estruturas recentes. A revisão também abrangeu vigas e lajes, com ensaios dinâmicos para avaliar o comportamento estrutural do conjunto.

A Cathedral afirma que o trabalho integra um pacote de ações iniciado no ano passado, que inclui modernização de escadas rolantes e elevadores, reforço da zeladoria, criação de sala multissensorial e sala de amamentação, além de melhorias na segurança e no atendimento aos usuários. Pesquisa realizada em 2026 apontou avaliação positiva de 84% entre os frequentadores do terminal.



Programa tem auxiliado na redução das filas de espera

Saúde do DF realiza mais de 56 mil cirurgias

Opera DF viabiliza a realização de cirurgias na rede privada

Por Isabel Dourado

O Distrito Federal ultrapassou a marca de 56 mil cirurgias realizadas em 2025 em unidades públicas. O resultado é atribuído ao esforço para reduzir as filas de espera por procedimentos cirúrgicos na capital federal. De acordo com o GDF, iniciativas como o Opera DF têm contribuído para que haja essa redução das filas na rede pública. O programa lançado no final do ano passado, possibilita que cirurgias de menor complexidade sejam feitas na rede privada credenciada.

Em evento no Palácio do Buriti, a governadora do DF, Celina Leão (PP) disse que o Opera DF é crucial para reduzir o tempo de espera nas filas.

"A gente tem uma fila de espera muito grande, e essa fila é dinâmica, porque ela aumenta diariamente. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos atacando essa fila com cirurgias eletivas. Então, a gente consegue com isso atacar a fila das cirurgias, deixar a nossa rede para alta complexidade e reduzir o tempo de espera", destacou a governadora.

Contratação

Em 2025, o programa viabilizou a contratação, por meio da Secretaria de Saúde do DF, de sete hospitais e três empresas especializadas em anestesia para a realização de cirurgias eletivas, tanto na rede pública quanto

na rede complementar. Os editais são elaborados conforme a nova lei de compras públicas, a 14.133/2021, e se beneficiam da experiência obtida pela pasta em contratações anteriores. A iniciativa recebeu a aprovação do Conselho de Saúde do Distrito Federal e as empresas passaram por avaliação técnica, administrativa e jurídica antes da assinatura do contrato com o poder público.

Os pacientes contemplados pelo Opera DF já são acompanhados pela rede pública e são encaminhados para cirurgia conforme critérios técnicos do Complexo Regulador do Distrito Federal.

Investimento

A governadora também autorizou um investimento de R\$ 32,1 milhões para ampliar a oferta de cirurgias eletivas nas áreas de ginecologia e otorrinolaringologia. Segundo o GDF, a medida permitirá a contratação de 5.098 procedimentos, sendo 2.081 histerectomias e 3.017 cirurgias otorrinolaringológicas.

"Estamos lançando dois editais importantes, um de ginecologia e outro de otorrino, para que possamos atacar as filas de cirurgias que estavam nessas duas especialidades. Com essas duas contratações, ultrapassamos as 20 mil cirurgias dentro do Opera DF. Dessas, a rede privada já operou cerca de 6 mil", afirmou Celina Leão.

CORREIO FLUMINENSE

POR DÉBORAH GAMA

Thiago Lontra



A norma é essencial para a competitividade do setor

Alerj prorroga redução de ICMS do setor agropecuário

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou o Projeto de Lei 7.244/26, que estende a redução da base de cálculo do ICMS sobre insumos agropecuários até 31 de dezembro de 2027. De autoria dos deputados Rosenverg Reis (MDB) e Dr. Deodalto (PL), a medida internaliza uma norma do Confaz e abrange produtos como rações, fertilizantes e grãos. O texto agora segue para sanção ou veto do Governo do Estado. O presidente da Alerj, Douglas Ruas, destacou que o incentivo atende a demandas de cooperativas e garante que os produtores fluminenses concorram em igualdade com outros estados, impulsionando a geração de renda e empregos no setor.

Relatórios e controle de preço

O texto determina que o Executivo envie relatórios anuais a comissões da Alerj com o impacto econômico e a estimativa da renúncia fiscal. Além disso, as secretarias de Fazenda e de Agricultura deverão monitorar periodicamente os valores dos produtos. O objetivo dessa fiscalização é assegurar que o desconto no imposto seja de fato repassado ao preço final pago pelos produtores rurais. Segundo o deputado Dr. Deodalto, a não renovação do prazo esvaziaria o setor no estado.

Pexels



Unidade especializada é resposta contra os maus tratos

Nova delegacia poderá proteger animais

O Estado do Rio de Janeiro poderá contar com uma Delegacia Especial de Proteção Animal. A proposta, prevista no Projeto de Lei 1.058/23, foi aprovada em primeira discussão nesta quarta-feira e visa expandir o combate a maus-tratos. O texto, dos deputados Claudio Caiado (PSD) e Rosenverg Reis (MDB), altera a lei atual para transferir à nova unidade as funções do núcleo que hoje opera na Delegacia de Proteção ao Meio Ambiente. A medida, que ainda passará por uma segunda votação, busca reprimir crimes contra seres sencientes.

Investigações e canais de denúncia

A estrutura vai investigar denúncias e instaurar inquéritos de crimes contra a fauna doméstica, exótica e silvestre, combatendo também o comércio ilegal. Para facilitar o registro de crimes, a delegacia deverá disponibilizar canais de denúncia via internet, redes sociais e telefone gratuito, atuando de forma integrada com a Linha Verde do Disque-Denúncia.

Mais serviços

O deputado estadual Bruno Dauaire (União) apresentou uma indicação na Alerj solicitando a ampliação dos serviços oferecidos pelo posto do Detran-RJ em Quissamã. O parlamentar pede a inclusão de atendimentos como emissão e renovação da CNH, primeira habilitação, mudança de categoria e aplicação de exames.

Recorde de velhice

A brasileira Deolira Glicería, de Itaperuna (RJ), pode ser a pessoa mais velha do mundo, aos 119 anos. Sem remédios contínuos e com boa saúde, ela tenta entrar para o Guinness. O desafio da família é recuperar documentos originais que foram perdidos em enchentes para comprovar o recorde.

Parque Shanghai

O tradicional Parque Shanghai, na Penha, virou patrimônio histórico e cultural imaterial do Rio de Janeiro pela Lei 11.170/26. Fundado em 1919 e no endereço atual desde 1966, o espaço de 17 mil m² é o parque de diversões mais antigo em funcionamento no país, recebendo cerca de 6 mil visitantes semanais.

Áreas urbanas

A Alerj aprovou em primeira discussão o Projeto de Lei 6.643/25, que retira áreas urbanas dos bairros Caiçara e Sabiá, localizados em Arraial do Cabo, dos limites do Parque Estadual da Costa do Sol. A medida visa permitir a regularização fundiária de moradores fixados há mais de 25 anos, antes da fundação da reserva ambiental.

Empreendedoras

Maricá lançará, em julho, o Mapa da Mulher Empreendedora, plataforma digital do Instituto Darcy Ribeiro para dar visibilidade a negócios geridos por mulheres. A ferramenta terá cadastro gratuito. A iniciativa surgiu após pesquisa revelar que o trabalho autônomo lidera entre as maricaenses, somando 13 mil mulheres.

Novo viaduto

A MRS Logística inaugura nesta quinta-feira o Viaduto Roberto Mattos Costa em São João de Meriti. A obra de R\$ 62 milhões, com 355 metros de extensão, liga a Via Dutra à Via Light. O projeto elimina o gargalo do tráfego causado por trens e integra as contrapartidas da renovação da concessão ferroviária da empresa.



A malária é transmitida pela fêmea do mosquito Anopheles

Monitora RJ fortalece vigilância da malária

Painel traz transparência e dados ágeis sobre a doença

Déborah Gama

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) comemora avanços na vigilância da malária após um ano da implantação de um campo exclusivo no Painel Monitora RJ. A ferramenta digital, lançada originalmente em maio de 2025, transformou-se em um pilar estratégico para monitorar a doença e descentralizar o acesso a testes e tratamentos em todo o território fluminense.

O sistema reúne indicadores epidemiológicos que dão maior suporte às tomadas de decisão da saúde pública no estado. Por meio do painel, a população e os gestores visualizam dados como faixa etária, gênero, espécie do parasita, município de residência e o local provável da infecção.

O canal digital também serve como base técnica para os municípios, fornecendo manuais e documentos de orientação aos profissionais da ponta.

Segundo a gerente de Zoonoses e Doenças Transmitidas por Vetores da SES-RJ, Paula Almeida, o painel tem desempenhado um papel importante na organização das ações de vigilância e assistência. "A ferramenta permite acompanhar o cenário da malária em todo o estado e fortalece a capacidade de resposta dos serviços de saúde. Além disso, auxilia no planejamento das ações de vigi-

lância e na distribuição estratégica de insumos para diagnóstico e tratamento", destaca.

Rio confirmou oito casos de malária

Em 2026, o Rio de Janeiro confirmou oito casos de malária. Após investigações de campo, a vigilância epidemiológica constatou que todos os registros são importados de fora do estado ou possuem local de contágio indeterminado, sem ocorrências autóctones registradas até o momento.

A transmissão nativa em solo fluminense é considerada esporádica e costuma ficar restrita a pontos específicos da Mata Atlântica, nas regiões Serrana, Centro-Sul e na Baía da Ilha Grande. Mesmo com o cenário controlado, o monitoramento preventivo segue ativo devido ao risco de novas infecções.

A principal evolução gerada pelo Monitora RJ no último ano foi a criação de polos regionais de distribuição para os testes rápidos e remédios, aproximando o tratamento das cidades do interior. A rapidez na entrega desses insumos é vital para combater o *Plasmodium falciparum*, o parasita causador das variantes mais graves e letais da malária, que exige intervenção médica imediata. Paralelamente à infraestrutura digital e aos polos, a SES-RJ realiza capacitações periódicas com equipes municipais sobre o manejo de pacientes e exames.

CORREIO PAULISTA

Divulgação/Alesp



Eduardo e André juntos na Alesp em 2023

Eduardo deve seguir como suplente de André do Prado

A condenação do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro pelo STF não alterará, até o momento, os planos do PL para a disputa ao Senado em São Paulo. O presidente da Alesp e pré-candidato ao Senado, André do Prado (PL), afirmou que Eduardo seguirá como primeiro suplente em sua chapa e participará, por vídeo, do ato de lançamento da pré-candidatura marcado para o próximo sábado (20). Já o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) classificou a decisão do Supremo como "injusta", mas disse que a condenação não compromete a composição da chapa ao Senado. O PL pretende recorrer da decisão judicial e manter a estratégia eleitoral para 2026. André do Prado postou nas redes o vídeo do posicionamento de Eduardo sobre a condenação.

Eduardo Bolsonaro criticou Moraes

O deputado federal licenciado, Eduardo Bolsonaro (PL-SP) reagiu nesta terça-feira (17) à condenação imposta pelo STF e afirmou ter sido punido por críticas ao ministro Alexandre de Moraes. Em publicação nas redes sociais, Eduardo disse que Moraes atuou simultaneamente como "juiz e vítima" no processo e classificou a situação como incompatível com um sistema judicial imparcial. "Uma situação assim seria inconcebível em qualquer sistema judicial imparcial" - disse.

Divulgação/Câmara dos Deputados



Pré-candidato, Derrite saiu em defesa de Eduardo

Aliado, Derrite criticou a condenação

O pré-candidato ao Senado, deputado federal Guilherme Derrite (PP), manifestou solidariedade a Eduardo Bolsonaro e criticou a decisão do STF que resultou em sua condenação. Em discurso, Derrite afirmou: "Enquanto criminosos que aterrorizam a população seguem se beneficiando de brechas legais e uma legislação benevolente, vemos mais um duro capítulo, um duro golpe da perseguição contra lideranças conservadoras." O secretário também defendeu que o Brasil volte a discutir segurança pública, liberdade e justiça, e declarou apoio ao parlamentar.

Ricardo Salles não se manifestou

Outro pré-candidato ao Senado à Direita, Ricardo Salles (Novo) não se manifestou sobre a condenação de Eduardo Bolsonaro. Em Holambra, o deputado federal fez posts criticando o presidente Lula. Salles já demonstrou publicamente que é contra o apoio dos irmãos Bolsonaro à candidatura de André do Prado (PL), que ele diz ser muito vinculado ao Presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

POR
ANDRÉ SOUZA

Segurança Pública

A segurança pública no estado foi o principal tema debatido no Expediente da Sessão Ordinária desta quarta-feira (17), na Alesp, com destaque para violência contra população de rua e combate ao crime organizado. Ainda foi pauta o comando da polícia militar, índices de criminalidade e tecnologia na segurança pública.

Ainda na Alesp

Os deputados abordaram também a reforma da previdência, chamada dos aprovados em concursos públicos, condições das escolas e faculdades técnicas, e a criação de uma renda básica universal. O fim das favelas, o saneamento básico e obras rodoviárias em Cubatão foram alguns dos outros assuntos.

Em Ribeirão Preto

GAECO e Polícia Militar deflagraram nesta terça-feira (17) a Operação Covo de Arenque, em Ribeirão Preto, para combater lideranças do PCC. Foram cumpridos 10 mandados de prisão preventiva e 24 de busca. A investigação apura organização criminosa, tráfico de drogas e comércio ilegal de armas.

Tarifas de Gás

A Arsesp publicou novas tarifas de gás canalizado da Necta, válidas desde 10 de junho. Consumidores residenciais e comerciais terão redução entre 1,5% e 2,4% nas contas, beneficiados pela devolução de créditos de PIS/Cofins. Sobre a Comgás, a agência informou que houve alteração para os segmentos industrial e GNV, sem atingir consumidores residenciais.

Saneamento Básico

Seis cidades paulistas alcançaram a nota máxima no Ranking ABES da Universalização do Saneamento 2026. Os municípios de Leme, Jales, Santópolis do Aguapeí, Paranapuã, Cardoso e Gastão Vidigal obtiveram 500 pontos, o índice máximo da avaliação. O estudo analisou 2.558 cidades e apontou SP como líder nacional no setor.

Homocídio culposo

O deputado federal Delegado Palumbo (Pode-SP) apresentou o PL 3172/2026, que propõe aumentar a pena para homicídio culposo de 5 a 10 anos de reclusão. Segundo o parlamentar, a medida busca reforçar a proteção à vida e reduzir a sensação de impunidade em casos de morte causados por imprudência ou negligência.



Governador participou de entrega de viaturas e armas

Tarcísio pede desculpas por roubos de celulares

Governador disse que "confia nos delegados" em resposta a Lula

Andre Souza

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), pediu desculpas nesta quarta-feira (17) aos paulistas que foram vítimas de roubos e furtos de celulares. Durante cerimônia de entrega de viaturas e armamentos às forças de segurança do estado, o governador reconheceu que o poder público falha quando não consegue impedir esse tipo de crime e prometeu intensificar o combate às redes de receptação que alimentam o mercado ilegal de aparelhos. "A gente pede desculpas ao cidadão que passa por isso, que tem um celular roubado. O Estado tem que garantir a segurança e, quando não garante, está falhando", afirmou.

Dados da Secretaria da Segurança Pública mostram que a cidade de São Paulo registrou 154.058 roubos e furtos de celulares em 2025, média de aproximadamente 17 ocorrências por hora. O volume é superior ao registrado em 2024, quando foram contabilizados 153.820 casos.

Embora tenha destacado a recuperação de mais de 84 mil celulares pelas polícias paulistas neste ano, Tarcísio admitiu que os números ainda estão longe do ideal. Segundo ele, a redução dos indicadores criminais não elimina a necessidade de enfrentar um crime que afeta diretamente a sensação de segurança da população. Para enfrentar o problema, o governo paulista aposta em ferramentas como

o programa SP Mobile, que cruza informações de aparelhos roubados com dados das operadoras de telefonia para identificar celulares reativados irregularmente.

O governador afirmou que o foco das ações será o combate à receptação, prática que sustenta a cadeia criminosa. Segundo Tarcísio, quem compra, vende ou revende aparelhos de origem ilícita contribui para a continuidade dos roubos nas ruas. "Se tem alguém cometendo o furto na rua, tem alguém ganhando dinheiro com isso", disse. Tarcísio acrescentou que muitos celulares estão sendo devolvidos aos donos. "Estão sendo devolvidos pelos nossos delegados, porque nós confiamos muito em quem faz a nossa segurança pública".

O discurso ocorre poucos dias após Lula (PT) também colocar a receptação no centro do debate sobre segurança pública. Na semana passada, ao apresentar medidas relacionadas ao programa Celular Seguro, o presidente afirmou que o governo federal pretende utilizar a tecnologia para pedir que "pobres que compram celulares roubados mais baratos" devem devolver os aparelhos. Porém, o presidente acrescentou que pretende criar um projeto para que os celulares sejam devolvidos aos Correios, ao invés das pessoas precisarem ir até a delegacia. "Não sabemos que tipo de delegado o cidadão vai encontrar lá" - disse. A fala de Lula causou reações de repúdio das entidades que representam os delegados de polícia.

CORREIO NORDESTE

Ascom PI



A iniciativa foi aprovada no Programa Centelha 3 Piauí

Projeto utiliza IA para agilizar emissão de laudos médicos

A utilização da inteligência artificial para otimizar a emissão de laudos médicos garantiu a aprovação de um projeto desenvolvido pelo ex-aluno da Universidade Estadual do Piauí, Andreiver Mateus Ferreira Silva, no Programa Centelha 3 Piauí. Intitulada “LaudoÁgil: Inteligência Artificial em Diagnóstico por Imagem”, a proposta busca automatizar a elaboração de laudos de ultrassonografia, contribuindo para a agilidade dos atendimentos e para a eficiência. Segundo Andreiver, a ideia surgiu a partir da necessidade de otimizar uma atividade que demanda tempo dos profissionais de saúde. “O LaudoÁgil surgiu da necessidade de reduzir o tempo gasto na elaboração manual de laudos”, explicou o pesquisador.

Festival Ceará Sem Fome

A 3ª edição do Festival Ceará Sem Fome promoveu uma programação com o projeto local “cozinha show”, que é voltada ao aproveitamento integral e todos os alimentos. A iniciativa social apresentou técnicas de preparo e uso de diversos ingredientes para reduzir desperdícios. O evento, que conheceu nesta semana, reuniu participantes em atividades relacionadas à alimentação e ao combate à insegurança alimentar.

Ascom SE



O Formar-SE é a nova política pública de aprendizagem

Formação continuada em Sergipe

O governo de Sergipe lançou no início desta semana o programa Formar-SE, programa de aprendizagem continuada voltado para professores, gestores e servidores da educação. A apresentação ocorreu no auditório da Didática IV da Universidade Federal de Sergipe (UFS), com participação de representantes da área acadêmica, gestores e imprensa. A iniciativa será desenvolvida pela Secretaria de Estado da Educação (Seed) em parceria com a universidade, com oferta de cursos de formação em serviço.

Alagoas de destaca em inscrições

A rede estadual de ensino de Alagoas registrou mais de 90% de inscrições confirmadas no Enem deste ano. O resultado positivo considera estudantes da rede pública que concluíram o cadastro para participar da avaliação nacional. A Secretaria de Estado da Educação acompanha o processo e desenvolve ações de incentivo à participação dos alunos.

Formação

A Polícia Militar de Alagoas formou a 4ª turma do Curso de Controle de Distúrbios. A capacitação preparou agentes para atuar em situações que exigem técnicas específicas e gerenciamento de ocorrências. A formação reuniu integrantes da corporação e teve atividades voltadas ao treinamento operacional.

Segurança

A Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará celebrou 15 anos com mais de 2.700 profissionais em formação e anúncio de novos investimentos. A instituição informou que os recursos serão aplicados na estrutura e nas ações de capacitação voltadas aos agentes da segurança pública do estado.

Cadastro

O governo da Paraíba informou que fornecedores quem mantém relação com o governo devem realizar cadastro em uma nova plataforma para participar dos processos de contratação. O sistema reúne informações dos prestadores de serviços e empresas interessadas em fornecer produtos ao estado.

Meio Ambiente

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí utiliza tecnologia em projeto de plantio de mudas e recuperação de áreas degradadas pela desertificação em Gilbués. A ação aplica métodos de monitoramento e cultivo para ampliar a restauração ambiental e contribuir para a recuperação do solo afetado.

Obras

As obras do Centro de Distribuição Logística da Embasa avançam no interior da Bahia. O espaço está em construção para ampliar a estrutura de armazenamento e distribuição de materiais usados nas operações da empresa. A unidade faz parte das ações de melhoria da logística e do atendimento.

Perícias

Pernambuco ampliou a estrutura da perícia criminal com a aquisição de novos comparadores balísticos. Os equipamentos auxiliam na análise de projéteis e elementos encontrados em investigações. A medida busca fortalecer os trabalhos técnicos realizados pelo Instituto de Criminalística e apoiar a produção de provas.



214 cidades do Ceará e Pernambuco serão beneficiadas

Internet rápida chega a 214 cidades do Nordeste

Fust investe R\$ 73,8 milhões em conexão no interior nordestino

Mais de 10 milhões de brasileiros que vivem no interior de Pernambuco, Paraíba e Ceará terão internet de alta velocidade. O Ministério das Comunicações e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovaram a liberação de R\$ 73,8 milhões do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust). A executora do projeto será a operadora Aloo Telecomserá.

Serão construídos 1,2 mil quilômetros de rede subterrânea de alta capacidade para interligar 12 municípios dos três estados. A iniciativa criará uma nova rota de transmissão de dados entre Recife e Fortaleza. Na ponta, o projeto impactará 11,2 milhões de pessoas em 214 municípios nordestinos.

“Com esse investimento mais de 10 milhões de pessoas passarão a contar com uma internet mais estável, segura e veloz. Além disso, o Fust cumpre seu papel de apoiar a inclusão digital de áreas defasadas de sinal e acesso. A população precisa ser o centro das políticas públicas e está próxima das evoluções tecnológicas”, disse o ministro das Comunicações, Frederico de Siqueira Filho.

Obras de melhorias

Além de melhorar a conectividade na região, as obras vão movimentar a economia local com a geração de novos postos de trabalho. Durante a fase de im-

plantação da rede de fibra óptica, a expectativa é que o quadro de funcionários diretos da empresa salte de 350 para 511 trabalhadores. Após a conclusão das obras, mais de 400 empregos permanentes serão mantidos.

“Esse projeto contribui para promover a inclusão tecnológica e o desenvolvimento regional, econômico e social desses municípios, com mais oportunidades de emprego e renda. Hoje, a internet é essencial na vida de todos nós, é como a eletricidade. Na prática, estar conectado significa mais acesso a oportunidades de negócios, educação e serviços de saúde”, afirma o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante.

A nova infraestrutura impulsionada com recursos do Fust também prepara o terreno para o crescimento tecnológico do Nordeste, facilitando a chegada e a expansão de novos datacenters e serviços de computação em nuvem fora das grandes capitais.

Administrado por um conselho-gestor, liderado por membros do Ministério das Comunicações, o Fust deixou nos últimos três anos, de ser um fundo meramente arrecadatório para se tornar o impulsionador da inclusão digital no Brasil. Desde 2023, o programa BNDES Fust já aprovou mais de R\$ 3 bilhões para conectar escolas, áreas rurais, comunidades periféricas e expandir as redes de banda larga em todas as regiões do país.

CORREIO NORTE

Ascom Pará



Recursos do governo mantêm a pesquisa viva

Pará investe no ecossistema de inovação na Amazônia

Qualificar os recursos da Amazônia, impulsionar negócios e transformar conhecimento em inovação são compromissos do Governo do Pará, por meio das atividades realizadas no Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) Guamá. Para manter o ambiente de inovação em operação, foram investidos mais de R\$ 40 milhões pelo Estado, por meio da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior, Profissional e Tecnológica, nos últimos cinco anos. Os recursos destinados ao parque tecnológico paraense são fundamentais para transformar ciência em produtos, processos e soluções. Enquanto instrumento de política pública, o PCT Guamá incentiva a criação de novos negócios e aproxima a academia do mercado.

Controle de Zoonoses

O governo do Amapá realizou esta semana o Seminário Estadual de Vigilância e Controle de Zoonoses e seus Agravos em Macapá. O encontro local reuniu profissionais para discutir medidas segurança, prevenção, monitoramento e controle de doenças transmitidas por animais, além de ações para fortalecer os serviços de vigilância no estado. A programação teve debates entre os participantes e orientações.

Ascom TO



Primeira etapa da entrega contempla 96 famílias

Programa Pró-Moradia

O governador do Tocantins, Wanderlei Barbosa, realizou nesta quarta-feira, 17, a primeira etapa da entrega de 96 apartamentos do residencial para famílias contempladas pelo Programa Pró-Moradia. Por meio do Governo Federal, o empreendimento recebeu investimento de R\$ 24,9 milhões, provenientes de recursos da Caixa Econômica Federal e de contrapartida do Governo do Tocantins. O residencial conta com 272 apartamentos, que serão entregues de forma gradual, conforme o cronograma de execução da obra.

Amazonas foca em meio ambiente

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas licenciou um sistema agroflorestal no município de Careiro. A autorização permite a implantação de uma área produtiva que integra cultivo agrícola e preservação ambiental, com uso planejado da terra em uma área antes utilizada para criação de gado. O projeto une produção rural e conservação natural.

ExpoAcre

O governo do Acre abriu inscrições para empreendedores participarem da ExpoAcre Juruá. O cadastro atende negócios dos setores de alimentação e artesanato interessados em expor produtos durante o evento em Cruzeiro do Sul. A ação é realizada pela Secretaria de Turismo e Empreendedorismo.

Fortalecimento

O Amapá trabalha na estruturação da rede estadual de transplantes com ações para fortalecer os serviços da Central de Transplantes. As medidas envolvem organização da assistência e ampliação das atividades voltadas ao atendimento de pacientes que precisam de procedimentos na rede pública de saúde.

Economia

O Arraial de Todos os Santos movimentou a economia criativa e reúne atividades de artesanato paraense durante a programação no Pará. O evento conta com participação de produtores locais, exposição de peças e ações culturais que fortalecem a circulação de produtos feitos por artesãos do estado.

Atendimento

O Ministério da Saúde levou uma unidade móvel para atendimento de caminhoneiras e caminhoneiros em rodovia do Tocantins. O serviço oferece vacinação, consultas e exames em pontos de parada, com o objetivo de ampliar o acesso aos cuidados de saúde para profissionais que trabalham nas estradas.

Treinamento

O governo do Acre promoveu treinamento sobre colheita e pós-colheita do café robusta amazônico para produtores rurais. A capacitação foi realizada pela Secretaria de Estado de Agricultura com apoio da Embrapa, com orientações sobre técnicas para melhorar a qualidade da produção cafeeira no estado.

Saúde

Amazonas entregou um novo espaço do Ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero Dra. Daria Neves. A unidade, vinculada à rede estadual de saúde, passou a contar com estrutura para ampliar o atendimento e oferecer acompanhamento aos usuários que buscam os serviços especializados.



Documento reúne estratégias integradas para prevenção

Festival de Parintins terá plano de vigilância

Ações serão realizadas antes e durante evento no Amazonas

O Festival de Parintins será realizado entre os dias 26 e 28 de junho de 2026, no município de Parintins, no interior do Amazonas, com a disputa entre os bois-bumbás Caprichoso e Garantido. Para o evento, a Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas – Dra. Rosemary Costa Pinto (FVS-RCP) divulgou o Plano Operativo de Vigilância em Saúde, com ações de prevenção, monitoramento e resposta para moradores, trabalhadores e visitantes.

O documento define medidas que serão executadas antes, durante e após a programação, considerando o aumento da circulação de pessoas na cidade. O planejamento reúne equipes de diferentes áreas da saúde pública para acompanhar riscos e organizar procedimentos de atendimento durante o festival.

O Bumbódromo deve receber cerca de 25 mil espectadores por noite durante a disputa dos bois. Além do espaço principal, a movimentação também envolve portos, aeroportos, hotéis, restaurantes e outros pontos de circulação de turistas e moradores.

O plano prevê atuação da Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, Vigilância Ambiental, Vigilância em Saúde do Trabalhador, Vigilância Hospitalar, Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen), Centro de Informações Estratégicas de Vigilância em Saúde (Cievs),

equipes de assistência e instituições parceiras.

Entre as ações estão inspeções sanitárias, acompanhamento da qualidade da água, controle de doenças transmitidas por vetores, monitoramento de doenças transmissíveis, prevenção de violências, segurança dos trabalhadores, análises laboratoriais e acompanhamento dos atendimentos de saúde.

A avaliação de riscos considera possíveis ocorrências durante um evento com grande concentração de pessoas, como doenças gastrointestinais, problemas respiratórios, intoxicação alimentar, acidentes de trânsito, violências, doenças exantemáticas e complicações relacionadas a doenças crônicas.

O planejamento também inclui atividades de educação em saúde, comunicação de risco, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis, distribuição de materiais de prevenção, orientação aos trabalhadores e ações de promoção da saúde para o público participante.

O Festival de Parintins é realizado anualmente e reúne a disputa entre os bois Caprichoso e Garantido. A manifestação cultural apresenta música, dança, alegorias e elementos ligados às tradições amazônicas. A história dos bois começou no início do século XX, quando as apresentações eram realizadas pelas ruas de Parintins.

CORREIO SUL

Divulgação/Simepar



Contudo, condição cresceu no oeste e sudoeste do estado

Monitor Nacional aponta que seca recuou em regiões do PR

O Paraná registrou o recuo da seca em diversas regiões do estado, segundo dados do Monitor de Secas divulgados na quarta-feira (17). O extremo Noroeste, Norte, Norte Novo e a região Central deixaram de apresentar registros de seca relativa. Também houve a redução da seca moderada no Norte Pioneiro, Noroeste, Campos Gerais, norte da Região Metropolitana de Curitiba e municípios do Sul próximos à divisa com Santa Catarina. Em contrapartida, a condição climática avançou em áreas do Sudoeste e Oeste na faixa de fronteira com Paraguai e Argentina. Os impactos são de curto e longo prazo no Centro-Leste e Nordeste e de curto prazo nas demais regiões paranaenses, com reflexos sobre a atividade agrícola.

MPSC denuncia célula neonazista

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) apresentou à Justiça uma denúncia contra 14 suspeitos de integrar uma organização criminosa com atuação em Santa Catarina, São Paulo e Paraná. Entre os investigados estão o líder do grupo, chamado de "Führer brasileiro", uma escrivã da Polícia Civil (PCSP), um Policial Militar (PMESP) e um advogado. A apuração da Operação Nuremberg apontou difusão de conteúdos de ódio, apologia ao nazismo e racismo.

Divulgação/Furg



Palmares vive! aborda resistência e cultura negra gaúcha

Mostra sobre a cultura quilombola no RS

Hoje (18), a Universidade Federal do Rio Grande (Furg) abre ao público a exposição itinerante Palmares vive!, do Museu Antropológico (Musa), vinculado à Secretaria da Cultura (Sedac-RS). A mostra será instalada no Centro Integrado de Desenvolvimento Costeiro e Oceânico do Sul (Cidec-Sul), em Rio Grande (RS), e permanecerá em cartaz até 15 de julho. O acervo reúne fotografias, imagens e textos sobre comunidades quilombolas, clubes sociais negros, movimentos culturais e trajetórias de ativismo negro no estado. Haverá uma oficina de educação museal.

MPSC cobra exoneração em Palmeira

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) obteve uma decisão liminar que determina ao município de Palmeira (SC) a exoneração, em até 30 dias, de 25 servidores comissionados que estão ocupando cargos efetivos. A medida foi concedida em ação civil pública proposta após a administração municipal não atender a recomendações da Promotoria de Justiça de Otacílio Costa (SC).

Licitação

A prefeitura de Santa Maria (RS) publicou ontem (17) um edital de licitação de R\$ 13,8 milhões para construir o Parque da Barragem. O projeto usa recursos de convênio com o estado e ficará no Bairro Campestre do Menino Deus, na orla da Barragem do Vacacaí-Mirim, com áreas de lazer, esporte e preservação.

Ordem de serviço

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), participa hoje (18), às 10h, da assinatura de ordens de serviço e autorizações para obras em Treviso (SC), com recursos estaduais acima de R\$ 12 milhões. As ações incluem desassoreamento, construção de cinco cabeceiras de ponte e melhorias viárias.

Entrega

A prefeitura de Maringá (PR) entregará, amanhã (19), às 14h, 15 veículos para a Guarda Civil Municipal, com investimento de R\$ 1,6 milhão por emenda dos deputados estaduais Delegado Jacovós (PL) e Fábio Oliveira (Novo). A ação ocorrerá nos Correios e amplia a frota e a capacidade de atendimento à população.

Atendimento

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) informou que adotará horário diferenciado de funcionamento nos dias de jogos da Seleção Brasileira na Copa do Mundo. Na sexta-feira (19), o expediente, o atendimento ao público e as atividades acadêmicas ocorrerão até as 18h. No próximo dia 24, essas ações serão mantidas até as 17h.

Cinema

A Cinemateca Capitólio, em Porto Alegre (RS), apresenta, entre hoje (18) e a próxima quarta-feira (24), uma programação dedicada ao cinema brasileiro, com 23 títulos e entrada franca. Amanhã (19), às 19h, ocorre exibição de Vento Norte (1951). No sábado (20), às 18h30, haverá sessão de Últimas Conversas (2015).

Saúde

A prefeitura de Maringá (PR) realizará na sexta-feira (19), às 15h, a 16ª Conferência Municipal de Saúde, no Auditório Dona Etelvina, na Unicesumar. O encontro debate propostas para os serviços no município e inclui a eleição de delegados e integrantes do Conselho Municipal de Saúde para a gestão 2026/2030.



82% dos estabelecimentos fiscalizados apresentaram falhas

142 jovens resgatados de trabalho infantil no RS

Adolescentes eram mantidos em condições inadequadas

Entre os dias 8 e 12 deste mês, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) afastou 142 adolescentes de atividades proibidas em empresas do setor calçadista de Sapiranga, Rolante, Parobé e Igrejinha, no Rio Grande do Sul.

A operação foi realizada pelo Grupo Especial Móvel de Fiscalização do Trabalho Infantil (GMTI), com apoio da Polícia Federal (PF) e do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Foram inspecionados 67 estabelecimentos e 82% destes apresentavam irregularidades. Os jovens encontrados tinham entre 12 e 17 anos e exerciam funções vedadas pela legislação.

Segundo a Auditoria Fiscal do Trabalho (AFT), cerca de 87 adolescentes operavam máquinas motorizadas ou permaneciam expostos a solventes, adesivos e outros agentes químicos.

Duas meninas, de 12 e 13 anos, trabalhavam diretamente com solventes e cola à base de hidrocarbonetos. Além disso, a adolescente de 13 anos também operava uma prensa industrial.

As situações identificadas integram a Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP), prevista no Decreto nº 6.481/2008 e alinhada à Convenção nº 182 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Segundo o MTE, 84% dos jovens encontrados durante a ação desempenhavam ocupações enquadradas entre as formas mais

graves de trabalho infantil.

Outros 55 adolescentes atuavam em ambientes com excesso de ruído, utilizavam instrumentos perfurocortantes ou carregavam peso acima do permitido.

A legislação permite o trabalho a partir dos 16 anos, mas proíbe a atuação de adolescentes em atividades que ofereçam riscos à saúde e à segurança.

Após a constatação das irregularidades, os auditores-fiscais determinaram o afastamento imediato das funções proibidas. A medida ocorreu por meio da mudança de atividade ou da rescisão dos contratos, com garantia dos direitos trabalhistas.

As empresas serão autuadas, e os registros serão encaminhados ao MPT para a adoção das providências cabíveis a cada caso.

A operação identificou reflexos na vida escolar dos jovens. Dos 142 adolescentes localizados em situação irregular, 33 informaram estar fora da escola.

Para evitar o retorno ao trabalho precoce, os casos serão encaminhados à rede de proteção social, formada por órgãos das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, Conselhos Tutelares e Ministérios Públicos. Adolescentes com idade a partir de 14 anos que tiverem contratos encerrados poderão ser direcionados para programas de aprendizagem.

A operação integra uma estratégia nacional do MTE de combate ao trabalho infantil.

CORREIO NO MUNDO

Vosmar Rosa/MPor



Movimentação portuária reflete o avanço das exportações

China amplia influência nas exportações latino-americanas

As exportações da América Latina ganharam força no primeiro trimestre de 2026, com destaque para a China, que se consolidou como o mercado de maior crescimento para a região. Segundo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), as vendas para o país asiático avançaram 25% em relação ao mesmo período do ano passado, superando os aumentos registrados para o restante da Ásia, União Europeia e Estados Unidos. Apesar disso, os americanos seguem como principal destino das exportações latino-americanas, impulsionados sobretudo pelo comércio com México e América Central. No total, as exportações regionais cresceram quase 16% no trimestre.

Presença na América do Sul

O avanço das exportações para a China prolonga uma tendência iniciada no fim de 2025. De acordo com o BID, o país asiático respondeu por 40% do aumento das exportações sul-americanas no ano passado. O Brasil também foi beneficiado pelo movimento e registrou crescimento de 1,8% nas vendas externas, impulsionado pela demanda chinesa e pelo comércio com países vizinhos da região.

Danilo De Marco/Divulgação/



Carlo Ginzburg é um ícone da historiografia italiana

Luto na historiografia mundial

Um dos grandes nomes da historiografia contemporânea nos deixou nesta quarta-feira (17): Carlo Ginzburg. O italiano, autor de "O Queijo e os Vermes", tinha 87 anos. A causa da morte não foi divulgada pela família. Ginzburg foi o pioneiro da chamada micro-história ou mais conhecida como "história vista de baixo", na qual um personagem vira o protagonista de um grande enredo. A história como fora a questão da inquisição na Idade Média, por meio da vida do moleiro Menocchio, que foi condenado à fogueira por heresia.

Obras e carreira de Carlo Ginzburg

O filho de Leone e Natalia Ginzburg também tem como outras obras "Os Andarilhos do Bem" e "História Noturna", cujos temas principais são bruxaria e feitiçaria, e "Medo, Reverência, Terror", sobre o momento político do mundo atual. Ele lecionou em universidades como Harvard, Yale, Princeton e a Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e teve seus trabalhos traduzidos para mais de 30 idiomas.

Brasil e Ucrânia

Aproveitando a reunião do G7, na França, a delegação da Ucrânia formalizou um pedido à brasileira de um reunião bilateral entre os presidentes Volodimir Zelenski e Lula. O Brasil não participou da sessão de trabalho do G7 dedicada à Ucrânia, por ter sido dedicada apenas aos membros do grupo.

Sanções à Rússia

O presidente da Ucrânia, Volodimir Zelenski, afirmou que os líderes do G7 discutiram novas sanções contra a Rússia para levar Moscou à mesa de negociações para encerrar a guerra. O líder ucraniano disse que Moscou enfrentará um inverno muito difícil caso um acordo de paz não seja alcançado antes disso.

Juros nos EUA

O Federal Reserve, o Banco Central dos EUA, manteve a taxa de juros entre 3,5% e 3,75%. A reunião desta quarta-feira (17) foi a primeira presidida por Kevin Warsh. Após a reunião, Warsh disse que o comunicado não ofereceu orientação futura porque ela não é "adequada" ao momento econômico atual.

Acordo de paz I

Apesar do acordo de paz, Trump já mostrou o seu lado vingativo. O presidente dos Estados Unidos disse que se o Irã não seguir à risca o documento, voltará a bombardear o país asiático. "É um memorando de entendimento. E, se eu não gostar, voltaremos a atirar neles, lançando bombas na cabeça deles", disse Trump, no G7.

Acordo de paz II

O Hezbollah reafirmou seu apoio ao acordo e disse que ele representa uma vitória ao Irã. O grupo afirmou ainda que o pacto representa uma "grande vitória" à República Islâmica e que a principal exigência do Líbano deve ser a restauração de sua soberania após a ocupação das tropas israelenses.

Acordo de paz III

Os líderes europeus disseram estar prontos para contribuir para a implementação do acordo, com uma coalizão liderada por Reino Unido e França, preparada para garantir a segurança da navegação no Estreito do Hormuz, assim que for reaberto, e buscar formas de diversificar as rotas de fornecimento de energia.



Donald Trump sendo recebido pelo presidente da França

Macron recebe Trump em Versalhes após cúpula

Encontro foi pelos 250 anos da independência dos EUA

O presidente da França, Emmanuel Macron, voltou a recorrer ao simbolismo do Palácio de Versalhes como instrumento diplomático ao receber, nesta quarta-feira (17), o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. O encontro ocorreu em meio às comemorações dos 250 anos da independência americana e reforçou a estratégia do líder francês de transformar o antigo palácio real em palco para agendas internacionais de alto nível.

Em um ambiente marcado pela grandiosidade e pelo peso histórico, o jantar serviu não apenas para celebrar a relação entre os dois países, mas também para ampliar o diálogo político em um momento delicado da política internacional.

Em entrevista ao canal TF1 antes da abertura da cúpula do G7, realizada em Évian-les-Bains, na região da Alta Sabóia, Macron afirmou que a recepção tinha caráter comemorativo e destacou a participação francesa no processo de independência dos Estados Unidos.

Os dois chefes de Estado seguiram para Versalhes após os compromissos do G7, iniciado na segunda-feira (15). Para o governo francês, o encontro também representou uma oportunidade de prolongar as conversas bilaterais e assegurar a permanência do presidente americano até o encerramento das discussões multilaterais.

Diplomacia em cenário histórico

A recepção foi planejada com um protocolo detalhado e cercada por forte aparato de segurança. Trump desembarcou no aeroporto de Orly e seguiu até Versalhes em um comboio formado por cerca de sessenta veículos, refletindo a importância política atribuída ao encontro.

Antes do jantar, marcado para as 19h45, Macron e Trump percorreram alguns dos espaços mais conhecidos do palácio, entre eles o Salão dos Espelhos e a Capela Real. Os dois líderes também visitaram a exposição "Versalhes e os Estados Unidos", dedicada aos vínculos históricos entre os dois países.

O palácio ocupa um lugar relevante na trajetória da independência americana. Foi ali que o rei Luís XVI decidiu apoiar militarmente os revolucionários dos Estados Unidos, liderados por Benjamin Franklin, em 1778. Anos depois, em 1783, Versalhes sediou a assinatura do tratado que reconheceu oficialmente a independência americana.

Ao comentar a celebração, Macron afirmou que o momento serviria para homenagear a amizade entre as duas nações.

Apesar da atmosfera solene e do cenário imponente, a programação da noite foi mais discreta do que o esperado. Diferentemente de outras ocasiões realizadas em Versalhes, não houve espetáculo de luzes nem apresentação de fogos de artifício nos jardins do palácio.

CORREIO ESPORTIVO

POR
MARCELO PERILLIER

Reprodução



Gol de Wissa contra Portugal

RD Congo volta à Copa do Mundo e empata com Portugal

Muitos já devem ter ouvido falar de um país africano chamado Zaire, que fica na parte central do continente. Ele disputou uma Copa do Mundo em 1974 e, 52 anos depois, está de volta à competição. Mas não com o mesmo nome, e sim como República Democrática do Congo. E na sua reestréia, protagonizou uma zebra: empatou em 1 a 1 com Portugal. O autor do tento congolês foi Yoane Wissa, um centroavante de 29 anos, do Newcastle, que nasceu em Paris, na França, mas quis defender a seleção de seus pais. O gol lusitano foi marcado por João Neves. Grande estrela da partida, Cristiano Ronaldo foi apenas uma figura em campo e não mostrou o seu talento para levar Portugal à vitória na estreia do grupo K.

O bilionário Cristiano Ronaldo

Que os jogadores de futebol ganham milhões todos sabem, mas um chegou a marca do bilhão: Cristiano Ronaldo. O astro português, somando todos os ganhos no campo e fora deles, tem uma fortuna estimada, seguindo dados da Bloomberg, de US\$ 1,4 bilhão. De origem humilde na Ilha da Madeira, Cristiano despontou no futebol no Sporting. Depois, passou pelo Manchester United, Real Madrid e Juventus, antes de ir para o Al Nassr, da Arábia Saudita.

Reprodução



Torcedores da Noruega imitam barco viking

Torcida norueguesa 'rema' pela vitória

Quando se fala em Noruega, muitos devem se lembrar dos vikings da Idade Média. E parece que a torcida da seleção nórdica quis fazer jus à memória. Em um momento do jogo contra o Iraque, no qual venceu por 4 a 1, os noruegueses da arquibancada fizeram não uma ola, mas uma 'remada', para levar o barco da Noruega rumo a voos mais altos nesta Copa do Mundo. A cena, claro, viralizou nas redes sociais. Nos vídeos, um torcedor, com um berrante, chama os companheiros para fazerem o gesto, que, naturalmente, foi copiado por todos. Uma cena que ficará marcada nesta copa.

A Copa do Mundo dos 40 anos ou mais

Quem disse que jogador acima dos 40 não serve mais para o futebol atual? Nesta copa, temos oito atletas nesta faixa etária. Craig Gordon (Escócia) - 43 anos; Cristiano Ronaldo (Portugal) - 41 anos; Guillermo Ochoa (México) - 41 anos; Luka Modric (Croácia) - 40 anos; Edin Dzeko (Bósnia) - 40 anos; Manuel Neuer (Alemanha) - 40 anos; Vozinha (Cabo Verde) - 40 anos; e Fernando Muslera (Uruguai) - 40 anos.

Apoio familiar

Sensação da Copa, o goleiro Vozinha, de Cabo Verde, ganhará uma torcedora especial nos próximos jogos: sua mãe. O deputado Democrata Hakeem Jeffries juntou-se à campanha feita nas redes sociais e conseguiu um visto especial para a matriarca de Josimar está na arquibancada contra o Uruguai.

Calote?

A Confederação Brasileira de Vôlei acusa o Governo do Distrito Federal de dar calote de R\$ 17 milhões. Do total, R\$ 11 milhões seriam referentes a uma etapa da Liga das Nações e o restante, do Brasileiro de Vôlei de Praia. A entidade governamental afirma que não houve contrato celebrado para o torneio internacional.

Visto concedido

A Federação Iraniana de Futebol disse que Mehdi Torabi recebeu um visto de múltiplas entradas para os Estados Unidos nesta terça-feira (16). O país asiático, que tem sua base no México, não pode pernoitar em algum estado norte-americano e, sempre depois dos jogos, deve voltar para a nação mexicana.

Orações a Parreira

Técnico do Tetra, Carlos Alberto Parreira está internado no Hospital Samaritano, do Rio de Janeiro. O motivo da internação não foi divulgado, mas Parreira está em tratamento contra um linfoma de Hodgkin. Além da Seleção, ele também marcou história no Corinthians e no Fluminense, seu clube do coração.

Suspensão

O meia-atacante Zwane, da África do Sul, tomou um gancho de três jogos por sua expulsão contra o México. A federação sul-africana ainda pode recorrer. Zwane entrou no segundo tempo e foi para o chuveiro mais cedo por ter dado uma cotovelada no mexicano Alvarado numa disputa de bola.

Mercado

A Copa rola, mas o mercado da bola não para. Astro do Manchester City, Bernardo Silva está de malas prontas para outra liga. O português jogará, nas duas próximas temporadas, na Espanha, defendendo o Real Madrid. Os valores da transação não foram divulgados. Bernado foi um pedido do novo técnico merengue, José Mourinho.



Neymar fez atividades com o grupo em Nova Jersey

Neymar em campo em treino da Seleção

Camisa 10 tem os primeiros contatos com a bola nos EUA

Marcelo Perillier

A Seleção brasileira deu mais um passo na preparação para o duelo contra o Haiti, válido pela segunda rodada da fase de grupos da Copa do Mundo. A principal novidade do treinamento desta quarta-feira (17) foi a presença de Neymar entre os demais jogadores, marcando sua primeira participação integrada às atividades coletivas desde o início da competição.

O retorno gradual do camisa 10 ocorre após semanas de recuperação de uma lesão na panturrilha direita. Na véspera, o atacante já havia iniciado trabalhos físicos no gramado do centro de treinamento da equipe, em Morristown, Nova Jersey, sinalizando evolução em seu processo de condicionamento.

Antes do início da atividade, os jogadores receberam o craque com uma homenagem descontraída. O atacante atravessou um corredor formado pelos companheiros e foi saudado com brincadeiras tradicionais do grupo, em um gesto que simbolizou sua reintegração ao ambiente de treinos.

Durante os primeiros momentos da sessão, Neymar realizou exercícios específicos sob acompanhamento da comissão técnica. Na sequência, passou a interagir normalmente com o elenco em atividades recreativas com bola, indicando avanço em

sua recuperação física.

Apesar da evolução, ainda não há definição se ele será relacionado para a partida de sexta-feira (19). O departamento médico da Seleção trabalha com cautela. A falta de ritmo de jogo é apontada como um dos fatores que dificultam uma utilização imediata do atleta.

A expectativa em torno do retorno de Neymar também está ligada ao longo período de ausência na equipe nacional. Sua última atuação pela Canarinho foi em outubro de 2023, diante do Uruguai, pelas Eliminatórias da Copa. Na ocasião, ele sofreu uma grave lesão no joelho, com ruptura do ligamento cruzado anterior e lesão no menisco, o que resultou em cirurgia e meses afastado dos gramados.

Meias pretas

Contra o Haiti, o Brasil vai usar o seu segundo uniforme, da camisa azul. Porém, diferentemente do tradicional, contará com uma novidade. Pela primeira vez na história das copas, a Seleção utilizará meias pretas.

A camisa azul foi usada pela primeira vez na Copa de 1958, por acaso. Mandante do jogo, a Suécia jogou de amarelo, cor da sua bandeira. O Brasil não tinha outro uniforme e a delegação foi às pressas arranjar outro conjunto nas ruas de Estocolmo. A cor deu sorte e o Brasil foi campeão do mundo na ocasião.

Após sucesso em SP e MG,

Por Rafael Lima

O Rio de Janeiro recebe neste sábado (20) uma das modalidades esportivas que mais crescem no universo fitness. A Ryze Run, prova híbrida que combina corrida e exercícios funcionais, desembarca pela primeira vez na capital fluminense após conquistar atletas em cidades do interior de São Paulo e em Minas Gerais. O evento será realizado no Botafogo Praia Shopping e promete testar resistência, força e superação dos participantes.

A dinâmica da competição é semelhante a formatos internacionais de sucesso, como o Hyrox. Ao longo do percurso, os atletas alternam trechos de corrida com estações de exercícios físicos, em uma experiência que exige preparo físico, estratégia e capacidade de superar limites.

Criada pela WDN Esportes, a Ryze Run nasceu da observação das tendências globais do mercado fitness. Segundo Raôni Constantino, organizador da prova, o projeto começou a ser desenhado há cerca de cinco anos, quando a equipe identificou o crescimento das competições híbridas ao redor do mundo.

“Estamos ligados às tendências mundiais desde 2017. O fitness está em constante evolução e já acompanhávamos esse modelo de prova há bastante tempo. A gente já conhecia o Hyrox quando ainda não era essa marca tão forte como é hoje”, contou Raôni.

Apesar da inspiração internacional, a proposta nunca foi reproduzir um formato já existente. A ideia era criar uma identidade própria, adaptada à realidade do mercado brasileiro. “A gente queria fazer algo parecido na estrutura, mas sem copiar. Queríamos criar uma marca nossa, desde o nome e identidade visual até a prova em si. Usamos a mesma metodologia da corrida funcional, mas com uma abordagem mais realista para o mercado nacional”, explicou.

Um dos diferenciais da Ryze Run é justamente a democratização do acesso. Enquanto provas internacionais podem chegar a centenas de reais em inscrições, a organização buscou um modelo mais acessível. “Hoje nós custamos cerca de um terço do valor de um Hyrox. Sabemos que é uma prova sensacional, mas ela custa muito caro. Nem todo mundo pode pagar R\$ 700 para correr. Queríamos criar algo mais democrático”, afirmou.

Categorias para todos os níveis

A Ryze Run foi pensada para receber desde iniciantes até atletas de alta performance. A prova conta com categorias individuais e em



A competição combina corrida e exercícios funcionais em uma experiência de resistência, força e superação

RYZE RUN desembarca no Rio

Evento híbrido inspirado em competições internacionais será realizado neste sábado



Mais do que competição, a Ryze Run celebra a união e a superação

dupla, com disputas masculina, feminina e mista.

Segundo Raôni Constantino, a flexibilidade do formato é um dos fatores que tornam o evento inclusivo. “A gente pega desde o iniciante que ainda não consegue correr oito quilômetros, mas consegue se desafiar em uma distância menor, até quem busca performance. Criamos categorias para que mais pessoas possam viver essa experiência.”

A história da prova começou em 2024, quando a organização realizou um evento-teste gratuito para 200 atletas em Valinhos, no interior paulista. O sucesso da experiência abriu caminho para a primeira edição oficial, em Sorocaba, que reuniu cerca de 800 participantes.

Desde então, cada etapa serviu para aperfeiçoar a experiência dos competidores. “Todas as edições trazem aprendizados. Melhoramos hidratação, área de aquecimento, sistema de contagem das repetições e aplicação de penalidades. Estamos em constante evolução para melhorar a experiência do atleta e do público”, disse.

O envolvimento dos organizadores vai além dos bastidores. Raôni revelou que ele e os sócios participam das provas justamente para entender, na prática, o que pode ser aprimorado. “Eu e meus sócios corremos todas as edições. Quando estamos dentro da prova, percebemos coisas que só olhando de fora não aparecem. Conseguimos entender se está muito quente, se a hidratação precisa melhorar e outros detalhes importantes.”

Além da experiência esportiva, os participantes recebem kit do atleta, camiseta oficial, brindes de patrocinadores e medalha ao concluir o desafio. “O atleta gosta de levar algo material dessa experiência. A entrega é muito próxima do que existe em eventos internacionais, mas ainda oferecemos esses diferenciais”, destacou.

A chegada ao Rio faz parte do plano de expansão nacional da marca. Com novos patrocínios e parcerias, a organização pretende realizar eventos em seis estados brasileiros ainda este ano. “Esse é um passo de fé que estamos dando. Acreditamos muito na qualidade do evento e queremos que mais pessoas conheçam a Ryze Run. A ideia é consolidar a marca e, no futuro, fazer edições ainda maiores”, concluiu Raôni Constantino.

Com estreia em uma cidade conhecida pela cultura esportiva e pela paixão por desafios ao ar livre, a expectativa é de que a Ryze Run conquiste rapidamente os cariocas. Mais do que uma corrida, a prova se apresenta como uma experiência completa de resistência, força e superação pessoal.

EXCLUSIVO / ENTREVISTA COM FERNANDO HADDAD

Longe dos gabinetes, Haddad analisa os gargalos na segurança pública e o futuro das universidades

Por Moara Semeghini

Longe da sobriedade e das articulações tensas de Brasília, e do ritmo frenético da capital paulista, um condomínio fechado em Campinas foi o cenário de um encontro político exclusivo neste fim de semana. O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo do Estado de São Paulo, Fernando Haddad (PT), veio à cidade acompanhado da esposa, Ana Estela Haddad (cirurgiã-dentista, professora universitária da USP e atual secretária de Informação e Saúde Digital do Ministério da Saúde), para acompanhar a estreia do Brasil na Copa do Mundo na casa de amigos, em clima de festa junina.

Foi no intervalo da partida, com o ambiente ainda animado pelo golo de fora da área de Vini Junior, que empatou o jogo aos 31 minutos, que a reportagem do **Correio da Manhã** aproximou-se para uma entrevista exclusiva. Em meio ao momento de lazer e descontração do casal, longe da rigidez dos debates formais e cercados por amigos, o ruído das celebrações ao fundo ficou em segundo plano e o ambiente abriu espaço para reflexões sobre os rumos do Estado e do País.

Na pauta, Haddad destrinchou temas complexos e cruciais para o eleitorado paulista, como os gargalos da segurança pública e o impacto local da Reforma Tributária — especificamente a extinção gradual do ICMS até 2033, medida que põe fim ao tradicional repasse automático de 9,57% da quota-parte do imposto que financia as universidades estaduais paulistas (USP, Unicamp e Unesp).

CORREIO DA MANHÃ — A Reforma Tributária é vista como um marco histórico de sua gestão na Fazenda (após três décadas de discussões no Congresso) e que implementou, por exemplo, a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até 5 mil reais. Mas o fim do ICMS gerou forte apreensão na comunidade acadêmica. Professores e reitores temem que a extinção do imposto acabe com o repasse automático que garante a autonomia de USP, Unicamp e Unesp. Como o senhor responde a esse receio?

FERNANDO HADDAD — Isso é um contrassenso. Na verdade, a alternativa será vin-

Em entrevista exclusiva ao **Correio da Manhã** em Campinas, pré-candidato ao governo de SP propõe blindagem financeira para universidades paulistas e critica a condução da segurança pública no Estado



Fernando Frazão/Agência Brasil

O ex-ministro da Fazenda e pré-candidato ao governo do estado, Fernando Haddad (PT-SP)

“Essa política de abordagem (da PM) que nos Jardins é de um jeito, e com o pobre e negro é de outro, aumenta a violência.

Fernando Haddad

cular os recursos a um novo imposto ou, o que considero uma saída ainda melhor, vincular diretamente à receita tributária líquida.

CORREIO DA MANHÃ — Mas de quem seria a responsabilidade por estabelecer essa nova vinculação?

FERNANDO HADDAD — Hoje, isso é feito por decreto e consta anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quem faz essa crítica, na verdade, não confia no atual governador e, nesse ponto, faz sentido não confiar, pois há precedentes dele reduzindo a vinculação de verbas para a educação [de 30%

para 25%]. Ele chegou a mudar as Constituições Federal e Estadual para isso.

Porém, não há nenhum impedimento técnico para que se faça um novo decreto vinculando o financiamento ao novo tributo ou à receita líquida. Aliás, a receita líquida protege muito mais as universidades. O ICMS perdeu o peso que tinha anos atrás e o atual governador promoveu mais renúncia fiscal de ICMS do que os anteriores, o que acabou prejudicando indiretamente o repasse. Eu sou favorável, inclusive, a constitucionalizar a nova regra para evitar que as universidades fiquem sempre reféns de um governo de extrema-direita...

CORREIO DA MANHÃ — ...ou de uma Assembleia Legislativa hostil...

FERNANDO HADDAD — ...que queira prejudicar a universidade.

CORREIO DA MANHÃ — Recentemente, cobri um caso em que a polícia agrediu violentamente um morador de rua que estava imobilizado e não havia feito nada. Episódios como esse jogam luz sobre o aumento da violência policial no Estado. Como o senhor avalia a atual gestão da segurança pública em São Paulo?

FERNANDO HADDAD — Isso é reflexo de um governo

de extrema-direita, que tem o diagnóstico errado sobre como garantir a segurança pública. Esse tipo de atitude só piora a sensação de segurança. Ao invés de melhorar, piora. Então você tem que, sim, combater o crime, de preferência pelo andar de cima, para asfixiar financeiramente a estrutura criminosa. Além disso, você tem que ter uma outra política de abordagem. Essa política de abordagem que nos Jardins é de um jeito, e em relação ao pobre, ao negro, ao periférico é de outro jeito, só contribui para aumentar a violência na sociedade, a intolerância.

CORREIO DA MANHÃ — Em 2025, no Rio de Janeiro, houve a operação policial mais letal do país, com 122 mortos, cinco deles policiais, sob o pretexto de combater o Comando Vermelho. Mas o Comando Vermelho hoje está lá do mesmo jeito que estava.

FERNANDO HADDAD — E veio para São Paulo. O Comando Vermelho já está em São Paulo.

CORREIO DA MANHÃ — Qual seria a solução efetiva para conter a ocupação territorial por essas facções?

FERNANDO HADDAD — Em primeiro lugar, o Estado de São Paulo não poderia ter feito o que fez na gestão Tarcísio que é ter uma postura ideológica em relação às iniciativas do governo federal que queria chamar para si a responsabilidade do combate ao crime organizado e à segurança pública.

É um erro grave confundir política de governo [ações temporárias ligadas à ideologia do grupo que está no poder] com o que é política de Estado [refere-se a diretrizes de longo prazo, de interesse nacional, que continuam valendo independentemente de quem esteja governando]. Segurança pública tem que ser uma política de Estado, tem que ser construída cooperativamente. O secretário [Guilherme] Derite foi enviado ao plano federal justamente para atrapalhar a tramitação tanto da lei antifacção quanto, depois, da PEC da Segurança Pública. Essa PEC era e continua sendo fundamental para termos um novo tipo de governança, onde a cooperação entre Estado e União seja a regra, e não a exceção.